



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Fernando Carlos de Sousa

“Ajude o BOPE a Ajudar Você”: uma etnografia sobre a gestão da proximidade e da participação política dos moradores de favelas no contexto de pacificação

Rio de Janeiro

2018

Fernando Carlos de Sousa

“Ajude o BOPE a Ajudar Você”: uma etnografia sobre a gestão da proximidade e da participação política dos moradores de favelas no contexto de pacificação



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Lia Mattos Rocha

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S725 Sousa, Fernando Carlos de.
“Ajude o BOPE a Ajudar Você”: uma etnografia sobre a gestão da proximidade e da participação política dos moradores de favelas no contexto de pacificação / Fernando Carlos de Sousa. – 2018.
92 f.

Orientadora: Lia de Mattos Rocha.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Ciências Sociais.

1. Favelas – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Unidades de polícia pacificadora – Teses. 3. Ciências Sociais – Teses. I. Rocha, Lia de Mattos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 333.326(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fernando Carlos de Sousa

“Ajude o BOPE a Ajudar Você”: uma etnografia sobre a gestão da proximidade e da participação política dos moradores de favelas no contexto de pacificação

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 27 de abril de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a Lia de Mattos Rocha (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof^a. Dr^a Marcia da Silva Pereira Leite
Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof^a Dr^a Palloma Valle Menezes
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

À minha mãe, pela sua força e incentivo incondicional.

AGRADECIMENTOS

Da graduação ao mestrado segui um caminho de muitos aprendizados, cabendo uma menção especial e carinhosa à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituições de ensino superior de grande vitalidade política e acadêmica, apesar das tentativas de sucateamento dos sucessivos governos estaduais do Rio de Janeiro, especialmente dos governos do PMDB nos últimos anos. Com muita força, essas universidades resistem e continuam a cumprir os seus papéis públicos perante a sociedade. UENF e UERJ resistem!

Agradeço à Lia Rocha, que desde as primeiras conversas se dispôs a contribuir para que eu ingressasse no mestrado. Sua orientação e incentivo foram fundamentais durante todo esse processo, que foi iniciado no curso de especialização em Sociologia Urbana da UERJ. Muito obrigado pela paciência com minhas indisciplinas e pela forma generosa que compartilhou comigo os seus conhecimentos. Não poderia deixar de mencionar o enriquecedor espaço do Cidades – Núcleo de Pesquisa Urbana, que se constituiu como um lugar importante para a minha trajetória. No espaço do Cidades pude compartilhar o desenvolvimento da minha pesquisa com colegas que se tornaram especiais, Monique Carvalho, Frank Davies, Jonathan Willian e Suellen Guariento. Também foi no espaço do Cidades que tive a oportunidade de ter um contato mais próximo com a gigante Marielle Franco e suas inquietações acadêmicas comprometidas com a luta pela vida e os direitos humanos. A memória e força de Marielle continuará presente entre nós. Marielle Franco, presente!

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação e de defesa, Marcia Leite, Luis Antonio Machado da Silva, Palloma Menezes e a Juliana Farias, referências fundamentais para a minha pesquisa.

Aos professores Dorian Borges, Sônia Carneiro, Rosane Cunha, Luis Antonio Edmilson agradeço pelo tratamento sempre generoso e atencioso. Agradeço da mesma forma o Fernando e ao Wagner, funcionários da UERJ que dia a dia atendem e buscam resolver as pendências de alunos indisciplinados como eu. Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação em

Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelos conhecimentos compartilhados ao longo das disciplinas.

Aos meus colegas e amigos da turma de mestrado agradeço por compartilharem angústias comuns de um pós graduando. Um agradecimento especial à Terine Huseck, ao meu ponteiro Cossa, Juliana Aguida, Valdean, Tais Capelini, Dafne, Leandro Marinho e o Rafael.

Agradeço à toda equipe da UPP Social, lugar de trabalho onde tive experiências enriquecedoras ao mesmo tempo em que experimentava sentimentos contraditórios com relação ao papel que ocupei na máquina pública. Agradeço especialmente os meus colegas de equipe, Monique, Julio, Alexandre, Cristiane, Renato, Rogeria. Aos coordenadores e supervisores Tiago, Vinicius e Raíza. Algumas dessas amizades ficarão para a vida toda, como é o caso do Igor Pantoja, Henrique Silveira, Douglas Kayat, Thales Vieira, galera do eterno quiproquó democrático. Ao nosso comandante Julio Senra, Samuel Lima, André Sobrinho, Ricardo Silva, Aline, Maira, Edson e ao Rafael Silva.

Aos amigos da vida, Victor Mello, Davi, Bernardo, Brotinho, Luiggia, Pedro Campeão, Andre Leoncio e o Luciano, pela amizade incondicional, pelas boas farras vividas e outras tantas que virão.

À Shana Santos por estar ao meu lado sempre, por compartilhar a vida comigo e por incentivar e acreditar em todas as minhas ideias, inclusive as ideias meio sem sentido. Obrigado pelo carinho e pelo companheirismo em mais esse trabalho. Seu amor tornou essa caminhada mais leve e agradável.

Sou filho único de mãe solteira, mas a vida me deu um irmão. Daniel Soares, obrigado por todo companheirismo, amizade e por estarmos sempre juntos, no trabalho, no botequim, na militância política. Seguiremos juntos compartilhando as angústias e alegrias da vida, ridé!

Ao Gabriel Barbosa, parceiro com quem inventei a Quiprocó Filmes. Companheiro de muitos projetos, buscas e sonhos. Uma amizade que vem sendo construída a partir do compartilhamento de algumas realizações cinematográficas, farras e desafios. Avante!

Ao Jorge Santana, Mariana Medeiros, Viviane Tavares e ao Flavio Serafini, pela amizade e pela luta em defesa do Nosso Sagrado. Axé!

Agradeço à minha família por todo apoio, meus primos Pedro, Cristiane e Marcelo, minha tia Carmem, minha madrinha. Ao Vitor e Vitória. À tia

Conceição e Tião pelo apoio de sempre. À tia Mariana e tia Helô pelo carinho. Nos últimos dois anos, o apoio da minha família foi fundamental para a batalha pela vida enfrentada por minha mãe. Esse apoio foi fundamental para que eu tivesse um pouco mais de tranquilidade em meio a dura rotina de hospital e os compromissos profissionais.

À minha mãe eu tenho que agradecer todo o seu exemplo de vida, de força e de superação. Mãe solteira que, através do salário de trabalhadora doméstica, me criou e proporcionou o suficiente para que eu seguisse as minhas escolhas. Por me incentivar e insistir que o caminho do estudo era a única via possível para mudar um pouco a nossa realidade. Por conta desse incentivo, posso afirmar que sou a primeira pessoa da família a ingressar em uma pós graduação.

Aos trabalhadores e trabalhadoras que com o suor do seu trabalho pagam os impostos que financiam o ensino público deste país. Espero retornar esse investimento com o meu trabalho.

RESUMO

SOUSA, Fernando Carlos de. *“Ajude o BOPE a Ajudar Você”*: uma etnografia sobre a gestão da proximidade e da participação política dos moradores de favelas no contexto de pacificação. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A presente etnografia consiste na análise sobre as relações estabelecidas entre policiais e moradores de favelas durante a implantação da política de “pacificação” e da UPP, em dois conjuntos de favelas do Rio de Janeiro. Através do discurso da “pacificação”, o Estado prometia um “novo tempo de paz”, colocando a necessidade de relações de “colaboração” e “proximidade” entre os moradores de favelas e policiais. Essa pesquisa objetivou compreender as situações sociais implicadas nos eventos de participação política levados à cabo no contexto da “pacificação”, com especial atenção para os processos, ações e pressupostos que permeavam o estabelecimento da proximidade entre os dois lados, a polícia e moradores de favela. Esse estudo consiste em analisar as tensões, os conflitos e desafios contidos na frase “Ajude o BOPE à Ajudar Você”, jargão acionado como lema pelos policiais para o estabelecimento de um novo tipo de relação. Ao mesmo tempo analisa as tensões e conflitos oriundos da intervenção policial na vida associativa de uma favela com UPP. Essas situações sociais permitem que o contexto mais amplo seja tomado analiticamente, bem como as relações entre os grupos, os valores e motivos contraditórios que os levam a participar dos diferentes eventos promovidos pela política de “pacificação”, que culmina na implantação da UPP. Vale ressaltar ainda que para o desenvolvimento desta pesquisa optei por abordar a minha ambígua inserção no campo, enquanto gestor local da UPP Social e pesquisador.

Palavras-chave: Pacificação. UPP. Proximidade. Complexo da Penha. Morro dos Macacos.

ABSTRACT

SOUSA, Fernando Carlos de. "*Help BOPE to Help You*": an ethnographic analysis of the relationship and engagement with politics of the residents of the pacified favelas. 2018. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This ethnography consists in the analysis of the relations established between the police and the residents of favelas during the implementation of the "pacification" policy and the Pacifying Police Unit (UPP) in two groups of favelas in Rio de Janeiro. Through the discourse of "pacification," the State promised "a new era of peace", putting the need for relations of "collaboration" and "closeness" between the residents of favelas and the police. This research aimed to understand the social situations involved in the events of political participation carried out in the context of the "pacification", with special attention to the processes, actions and assumptions that permeated the establishment of proximity between the two sides, the police and favela residents. This study is to analyze the tensions, conflicts and challenges contained in the phrase "Help BOPE to Help You", as the motto jargon used by the police to establish a new type of relationship. At the same time, it analyzes the tensions and conflicts arose from police intervention in associative life of a favela with UPP. These social situations allow the broader context to be taken analytically, as well as the relations between the groups, the values and contradictory motives that lead them to participate in the different events promoted by the "pacification" policy, which culminates in the implementation of the UPP. It is worth mentioning that for the development of this research I opted to approach my ambiguous insertion in the field, as local manager of Social UPP and as a researcher.

Keywords: Pacification. UPP. Proximity. Complexo da Penha. Morro dos Macacos.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	NOTAS ETNOGRÁFICAS DE UM APRENDIZ DE GESTOR	23
1.1	Andar, ouvir e participar	23
1.2	A experiência como gestor.....	25
1.3	Estando lá: a “primeira impressão”	27
2	A POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO: ENTRE A MILITARIZAÇÃO E O FAZER “O SOCIAL”	31
2.1	A segurança pública no Rio de Janeiro	36
2.2	Antecedentes da “pacificação”: a ocupação do Alemão e da Penha.....	41
2.3	A gênese da UPP Social	46
2.4	Entre mapas e demandas.....	48
3	A “PROXIMIDADE” E A “PARTICIPAÇÃO” EM FAVELAS COM UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA	52
3.1	O Morro dos Macacos	53
3.2	O Complexo da Penha.....	55
3.3	A gestão da proximidade e da participação política em favelas no contexto da “pacificação”	57
3.4	“Ajude o BOPE a ajudar você” – entre a limpeza, a varredura e a participação política.....	64
3.5	O amigo da UPP	69
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	82
	ANEXO A - Mapas	87
	ANEXO B - Fotos	89

INTRODUÇÃO

O som daquela voz que dissera “abra a porta” lançara entre eles, como dissemos, o espanto e o medo. E não foi sem razão; era ele o anúncio de um grande aperto, de que por certo não poderiam escapar. Nesse tempo ainda não estava organizada a polícia da cidade, ou antes estava-o de um modo em harmonia com as tendências e ideias da época. O major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas da sua imensa alçada não havia testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua justiça era infalível; não havia apelação das sentenças que dava, fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas. Exercia enfim uma espécie de inquirição policial. Entretanto façamos-lhe justiça, dados os descontos necessários às ideias do tempo, em verdade não abusava ele muito de seu poder, e o empregava em certos casos muito bem-empregado (Manuel Antônio de Almeida. Memórias de um sargento de milícias, 2004, p. 29).

Em novembro de 2008, a Polícia Militar ocupou o Morro Santa Marta, na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, ação que representou o primeiro passo para a criação do projeto que foi cunhado, posteriormente, com o nome de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Após três décadas de experimentos¹ no campo das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro², a Unidade de Polícia Pacificadora³ (UPP), foi tratada como uma resposta positiva para a queda

¹ Considerando o caráter experimental das políticas públicas na área de segurança, ao longo das três últimas décadas, é possível observar algum nível de alternância em torno das orientações políticas em torno da pauta. As críticas promovidas pelas classes médias e alguns segmentos da imprensa carioca à política de segurança do governo Brizola, calcada na garantia dos direitos humanos [especialmente nas favelas], e a grande divulgação de problemas na polícia, devidos à insubordinação de alguns dos seus quadros, fez com que o sentimento de insegurança crescesse no Rio de Janeiro (BUARQUE DE HOLANDA, 2005, p.36). Paralelamente, é possível observar orientações explícitas ou implicitamente institucionalizadas acerca do trabalho policial nas favelas, em especial sobre como fazer a “guerra” aos traficantes de drogas sem considerar a segurança dos moradores e que são rotinizadas com o recurso “à força desmedida”, ou seja, para além da sua atribuição constitucional (BROUDEUR, 2004). Entre elas, vale destacar, a ordem conhecida como “atirar primeiro e perguntar depois”, a institucionalização da “gratificação faroeste” no governo Marcello Alencar (1995-1999) e a atualidade do “auto de resistência”, que trata de forma administrativa as lesões corporais e as mortes decorrentes da intervenção policial nas favelas, sem que haja o devido tratamento investigativo pela Polícia Civil e pelo Poder Judiciário (CANO, 1997; 1993). Para uma análise detalhada sobre o dispositivo do “auto de resistência” conferir Farias (2014).

² Holloway (1997) ao analisar a história da Polícia no Rio de Janeiro identifica como a instituição está inserida num quadro de transição de controle configurado por uma dialética de repressão e resistência. Sobre uma análise mais recente Kant de Lima (1995), traz uma importante contribuição etnográfica sobre a atividade policial, através da qual o antropólogo define que esta é caracterizada por uma “ética policial”, identificada como um conjunto especial de regras e práticas, que fundamenta uma interpretação e aplicação autônoma da lei por parte da polícia.

³ Para maiores detalhes sobre as áreas e territórios com UPP visitar o site <http://www.upprj.com/index.php/historico> Visualizado em 06/08/2015.

dos índices de criminalidade (CANO, BORGES E RIBEIRO, 2012), principalmente no que tange à redução das taxas de homicídios em diferentes áreas da cidade. O processo de implantação do projeto da UPP experimental, paralelamente, momentos de profunda adesão e desconfiança, o que alimenta os rumores em torno das incertezas e indeterminações que acompanha o programa desde o seu início (MENEZES, 2014).

Ainda ocupa posição central no debate público o diagnóstico de que o Rio de Janeiro convive com uma crise na área de segurança pública, o que estaria relacionado à expansão do tráfico de drogas para as favelas cariocas, principalmente a partir da década de 70. No contexto dos preparativos da cidade do Rio de Janeiro para os grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o foco na problemática da segurança pública ganha nova centralidade e os territórios de pobreza (no caso, as favelas cariocas) sofreram redefinições no que diz respeito às políticas e práticas estatais no campo das políticas de segurança pública. Articulado ao “problema da favela⁴” a problemática da violência na cidade envolve a reatualização do sentido conferido à “guerra as drogas”, na medida em que os agentes alvos – traficantes de drogas ilícitas – estariam abrigados nos territórios da violência na cidade, exercendo de forma bárbara o controle armado desses espaços.

Após a primeira ocupação militar no Morro Santa Marta para a instalação de uma UPP, duas ondas de acontecimentos violentos ganharam grande repercussão. Em outubro de 2009, traficantes armados do Comando Vermelho (CV) do Morro São João realizaram uma tentativa de invasão do Morro dos Macacos, comandado pela facção rival Amigo dos Amigos (A.D.A.). Matérias jornalísticas divulgadas pela mídia impressa e televisiva⁵ informam que a Polícia Militar havia sido avisada previamente da ação, e mobilizado contingentes operacionais da Polícia Militar e da Polícia Civil com o objetivo de impedir o confronto entre as mencionadas facções. No entanto, outras matérias afirmavam

⁴ Em um artigo de 1967, Luiz Antonio Machado da Silva identificou, entre as principais perspectivas das pesquisas sobre favelas, aquela que compreendia esses espaços como um “problema social” que, enquanto tal, deveria ser solucionado para só então serem integrados à “comunidade nacional” (MACHADO, 1967).

⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/10/639560-dois-moradores-do-morro-dosmacacos-sao-feridos-em-confrontos-no-rio-12-morreram.shtml> (Acessado em 01/06/2014)

que a polícia só agiu depois que o confronto já havia sido instaurado. No confronto com a polícia um helicóptero da PM explodiu, após ser atingido e tentar um pouso forçado em um campo de futebol no entorno do Morro do São João. Vias foram fechadas, veículos e ônibus incendiados durante e após o confronto. Tais episódios ocuparam os noticiários nacionais e internacionais em diversos canais televisivos e foi amplamente divulgado na Internet.

A mídia tratou do assunto como mais um evento violento e ameaçador que partia dessas localidades e de seus moradores contra o restante da cidade, e a região passou a ser descrita como uma das áreas mais perigosas do Rio de Janeiro. Cerca de um ano depois policiais do BOPE iniciaram uma nova ocupação militar com o objetivo de instalar a 13ª Unidade de Polícia Pacificadora naquela favela. Em novembro 2010, a UPP Macacos foi inaugurada e, no discurso de inauguração, o Coronel da Polícia Militar Robson Rodrigues, então comandante das UPP's, fez a seguinte declaração: "Essa UPP nos remete ao momento em que ficamos abatidos emocionalmente. Essa tem um sabor mais especial. Demonstra que temos planejamento⁶", reforçando que o episódio da queda do helicóptero tornava a implantação da unidade diferenciada das demais.

Todavia, no mesmo mês de inauguração da UPP Macacos, mais uma série de acontecimentos violentos tomaram as principais avenidas e ruas da Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro – em sua maior parte roubos de carros, ônibus e vans incendiados – alimentando a ideia de que organizações criminosas estavam travando uma reação à implantação das UPP's. Segundo os jornais da época, entre 20 e 29 de novembro de 2010, cerca de 200 ataques resultaram em cento e vinte e cinco incêndios que reduziram a cinzas 34 ônibus, seis caminhões, 84 veículos e um imóvel. Nove cabines da PM foram atacadas a tiros e ainda foram constatadas cinco ameaças de bomba⁷. A cobertura midiática dos acontecimentos serviu como um estopim de uma crise que

⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contr-o-crime/noticia/2010/11/unidade-dos-macacos-temsabor-especial-diz-comandante-de-upps.html> Acesso em 01/06/2014

⁷ <http://extra.globo.com/casos-de-policia/alemao-vila-cruzeiro-200-ataques-em-nove-diasdesencadearam-ocupacao-das-favelas-3289045.html#ixzz1epbi9Lhy> Acesso em 01/06/2014

culminou em mais um processo de ocupação militar, no Complexo da Penha e do Alemão, em 2010⁸.

Em 2010⁹, a operação de ocupação militar do conjunto de favelas do Alemão e da Penha foi transmitida ao vivo por diversas emissoras de televisão. Além de grande aparato humano a intervenção militar contou com blindados, tanques e helicópteros das forças armadas e das polícias civil e militar do Estado do Rio de Janeiro. Com a Penha e o Alemão ocupados considerava-se superado o desafio de ocupar um grande conglomerado de favelas. A escala da ação militar e a ampla midiaticização, serviriam de estímulo à ampliação, com mais intensidade, da política de implantação da UPP¹⁰.

Desde meados da década de 90, o Complexo do Alemão e, especialmente, a Vila Cruzeiro, no caso da Penha, foram tratados como os territórios reguladores do crime na cidade do Rio, segundo o depoimento do próprio Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro¹¹. A representação do Rio de Janeiro como uma cidade em guerra foi construída a partir de uma série de episódios violentos (arrastões, assaltos, sequestros, tiroteios, “balas perdidas”, chacinas, rebeliões em presídios e instituições de jovens infratores, paralização do comércio, escolas e serviços públicos por ordens de bandidos, muitas vezes emitidas do interior de prisões de “alta segurança”), que produziam um forte sentimento de insegurança diante das

⁸ Em 2007, houve, segundo matérias jornalísticas da época, a maior ação conjunta de polícias já realizadas no Brasil, no Complexo da Penha e Alemão <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Secretario-nega-excessos-dapolicia-em-operacoes-no-Complexo-do-Alemao/5/13631> Acesso em 01/06/2014

⁹ Sobre o caráter histórico das ocupações militares na região é imprescindível a leitura de Rachel Soihet (2008), que analisa como a Festa da Penha é constituída em um palco em que predominam relações de dominação/resistência. A autora, identifica como historicamente a repressão policial contém um misto de preconceito e intolerância, então difundidos nos mais variados setores com relação à Festa da Penha e acompanhado de inúmeros desmandos das forças repressivas para com os populares que compareciam as festividades. Segundo Rachel Soihet, tais forças, naquelas ocasiões, tinham aumentados seus contingentes de atuação na festa, o que tornava o policiamento ‘quase uma operação de guerra’. Ressalta ainda, que a polícia não era a única encarregada de manter a “ordem” na festividade, sendo designados também elementos das demais forças, como Exército, Marinha e até Corpo de Bombeiros. Em resposta as sucessivas proibições e as intervenções policiais, observa e descreve variadas manifestações de resistência dos populares, na luta cotidiana para garantir um espaço de expressão e de participação.

¹⁰ Burgos et al (2011) analisa o efeito da UPP na percepção dos moradores das favelas, além de trazer dados sobre o processo de ocupação da Penha e do Alemão.

¹¹ <http://extra.globo.com/casos-de-policia/beltrame-alemao-era-agencia-reguladora-do-crime-norio-3308994.html> Acesso em 01/06/2014

crecentes ameaças à integridade física e patrimonial de seus habitantes (LEITE, 2012).

Durante o processo de ocupação do Alemão e da Penha, mais de 2.700 homens teriam sido empregados na operação, sendo 800 da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro, 300 Policiais Federais, 150 Policiais do Batalhão de Operações Especiais – BOPE, mais de 200 policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais – CORE, além de 03 helicópteros blindados (01 da FAB, 01 da Polícia Militar e 01 da Polícia Civil), 06 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal – VBTP M113 e 01 Carro sobre Lagarta Anfíbio – CLANF, do Grupamento de Fuzileiros Navais, equipamentos de visão noturna da Marinha do Brasil, Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal – VBTP URUTU e Viatura Blindada de Combate – VBC CASCAVEL do 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado do Exército, bem como Viaturas Blindadas do BOPE e da Polícia Civil, conhecidas popularmente como “caveirões”.

Ainda de acordo com informações oficiais disponibilizadas em portais do Governo Federal a denominada “Operação Arcanjo” das tropas do Exército contou com a participação de 8.764 militares no período de dezembro de 2010 a junho de 2012, sendo que o efetivo médio empregado foi de 1,3 mil militares. O quadro com os números da operação indicam que no período aconteceram 63.489 patrulhas a pé e 48.142 motorizadas ou mecanizadas. O balanço do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) informa também que aconteceram 606 reconhecimentos em vias de acesso às comunidades e montados 4.172 postos de bloqueio. No período ocorreram 18 operações de busca e apreensão, 14 isolamentos de área e 32 voos de reconhecimento do lugar¹².

Considerando esses dois contextos, o Morro dos Macacos e o Complexo da Penha, onde houve intervenções militares e, posteriormente, instalação de UPP's, que tomarei como lócus de análise para a minha pesquisa, considerando a minha atuação nessas favelas. Pois, entre os meses de março e julho de 2012¹³, atuei como Assistente Local da equipe de Gestão Territorial da UPP

¹² Cf. <http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/93-trabalho-do-exercito-no-complexo-do-alemao-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica-diz-amorim> Acessado em 11/12/2017

¹³ Em julho de 2012, as tropas do exército foram retiradas do Complexo do Alemão e da Penha. Na Penha houve a instalação da UPP Vila Cruzeiro, UPP Fé/Sereno, UPP Parque Proletário da Penha e UPP Chatuba.

Social¹⁴ no conjunto de favelas da Penha. De julho de 2012 até março de 2013 ocupei o cargo de Gestor Local da equipe do Morro dos Macacos. E em março de 2013 voltei a atuar como Gestor Local da equipe do conjunto de favelas da Penha, permanecendo neste cargo e no programa até junho de 2015.

Eu não saberia precisar o quantitativo de eventos, reuniões e encontros que mediei, participei e observei; tampouco poderia precisar em termos qualitativos quando a observação ou a participação se sobrepuseram. Durante esse período, eu realizei entrevistas com moradores de favelas, representantes de Associações de Moradores, policiais dos mais variados níveis hierárquicos das UPP's. Além de ter participado de eventos com diferentes objetivos, tanto no que diz respeito aos espaços de realização quanto as instituições promotoras. Participei de seminários, cafés da manhã, inaugurações de UPP, de creches e de escolas, casamentos comunitários organizados pela UPP, cursos sobre meio ambiente, conselhos gestores de unidades de saúde, reuniões comunitárias de UPP's e mais de uma dezena de reuniões de trabalho com representantes de associações de moradores, diretoras de escolas, creches, centros de assistência social, Organizações Não Governamentais. Desse modo, o volume de material registrado soma algumas horas de entrevistas e anotações variadas em alguns dos meus "cadernos de campo" que refletem aproximadamente trinta e seis meses de trabalho em favelas cariocas.

As primeiras questões e os meus interesses de pesquisa foram delineados a partir da minha inserção no programa UPP Social, mas eu não sabia exatamente como abordar esta experiência sob o crivo teórico metodológico das Ciências Sociais. Nesse período, no qual estava pensando na melhor forma de começar o trabalho de reflexão sobre o material que eu vinha acumulando no campo, resolvi realizar o processo seletivo da especialização em

¹⁴ O programa UPP Social foi criado no âmbito da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH) com a finalidade de contribuir com a consolidação do processo de pacificação das áreas contempladas pelo "experimento" da UPP. Posteriormente, em junho de 2011, grande parte da equipe responsável pela elaboração da proposta e o próprio programa UPP Social foram transferidos para o Instituto Pereira Passos (IPP), autarquia da prefeitura do Rio de Janeiro, que passou a coordenar as ações do programa em parceria com a ONU/Habitat. Ricardo Henriques presidiu o IPP até julho de 2012, ocasião em que houve a substituição do cargo pela também economista Eduarda La Rocque. Em agosto de 2014, o programa UPP Social passou a se chamar Rio+Social. O anúncio da mudança do nome do programa foi feito em um evento na Rocinha, que contou com a presença do prefeito Eduardo Paes. Cf. <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4849123> Acessado em 26/10/2015.

Sociologia Urbana na UERJ, no final de 2013. O ingresso na especialização, em 2014, serviu de estímulo e me ajudou a delinear as primeiras perguntas da pesquisa. O trabalho em favelas com UPP me colocava perante variadas situações e a minha própria identidade no campo passou a se tornar objeto de perguntas. Estar no campo colocava-me frente às situações controversas próprias das condições do ofício e das minhas atribuições e, no meu caso, assumiria um caráter estritamente ambivalente quando passei a considerar a possibilidade de tornar parte desta experiência em objeto de estudo.

Minhas primeiras perguntas começaram a ser feitas de modo que eu pudesse entender minha posição no campo, enquanto gestor local do programa UPP Social. Quando eu me apresentava como técnico do Instituto Pereira Passos percebia que as pessoas se mostravam dispostas em colaborar, mas, em variados graus, havia alguma expectativa de que este contato levaria a algum incremento na prestação de serviços da prefeitura. Em algumas situações a apresentação como consultor da ONU/Habitat parecia a mais “neutra” possível, uma vez que eu não era identificado como funcionário do estado, sendo que induzia a uma certa confusão acerca do papel a ser desempenhado pelo programa nas favelas. Por sua vez, a identificação como Gestor da UPP Social era a mais delicada de ser acionada, o que variava de acordo com o nível de tensão em torno da atuação da UPP local. Não me recordo de ter utilizado essa nomenclatura em reuniões com a participação de moradores e mesmo em encontros com lideranças comunitárias e gestores públicos era necessária uma ratificação de que se tratava de um programa da prefeitura do Rio, implantado nas favelas com UPP, e que não era um serviço social da polícia. Outra percepção comum era de que os gestores do programa exerceriam o papel dos presidentes de associações de moradores porque fariam a intermediação entre as demandas identificadas nas favelas com funcionários das secretarias municipais, por outro lado, esta interferência podia ser vista com bons olhos tendo em vista a resolução em torno do encaminhamento de demandas. Como é possível observar, a relação de confiança e a aceitação no campo é fruto de um conjunto de percepções que variavam de acordo com cada localidade, momento da UPP, e o “clima da favela”.

Sobretudo, enquanto gestor de um programa municipal direcionado especificamente para as favelas “pacificadas”, eu era visto como mais um dos

novos agentes atuantes nas áreas com UPP. Ainda que eu não entre especificamente nesse debate é preciso, inclusive, considerar as diferenças e desigualdades (de cada favela e entre elas) na oferta de novos serviços a partir da implantação das UPP's, e entender como o experimento da “pacificação” acarretou na atuação de novos agentes nas favelas, ainda que este dado também sofra efeitos que estão relacionados, por exemplo, com a localização da área de UPP, com a visibilidade da favela perante à mídia e ao conjunto da cidade e a capacidade de capilarização política de suas lideranças, dentre outros fatores.

Devido ao meu interesse prévio sobre a atuação da polícia militar carioca em favelas, detive-me em acompanhar com atenção especial as reuniões comunitárias organizadas e promovidas pelo BOPE durante o processo de transição para a implantação das quatro UPP's no Complexo da Penha, quando houve uma nova ocupação pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE), com apoio do Batalhão de Polícia de Choque (BPChq) e do Batalhão de Ações com cães (BAC)¹⁵. Conduzidas por policiais do BOPE, estas reuniões contavam com a adesão dos moradores.

Ainda que não seja aprofundado no presente trabalho, após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, continuei acompanhando as reuniões comunitárias, agora, organizadas e promovidas pelos seus comandantes, principalmente porque percebia que este espaço, inventado no contexto da política de pacificação, permitia o acesso aos discursos que visam colocar em prática os mecanismos de vigilância e controle por meio do policiamento de proximidade proposto pela UPP¹⁶. A condução das reuniões comunitárias e a

¹⁵ Esta nova ocupação do Complexo da Penha, do final de maio até o começo de julho de 2012, foi amplamente divulgada pela mídia como um processo de “varredura” e/ou “limpeza” antes da implantação das UPP's no Complexo da Penha, cujo objetivo era o de “eliminar” a presença de traficantes.

¹⁶ Para um análise sobre as reuniões comunitárias organizadas no contexto das UPP's, consultar Davies (2014). Ao longo do meu trabalho de campo no Complexo da Penha tive a oportunidade de acompanhar no máximo duas reuniões comunitárias organizadas pelas UPP's locais. Embora esse modelo tenha sido adotado em outras áreas, no caso do Complexo da Penha a ideia parece não ter emplacado. Enquanto trabalhei no Morro dos Macacos, não foram realizadas reuniões comunitárias pelas UPP, o que relaciono com o assassinato do comerciante Flavio, logo que comecei a trabalhar naquela favela. Este caso será abordado na seção intitulada “O Amigo da UPP”. Em uma única oportunidade tive a possibilidade de perguntar a um policial da UPP do Morro dos Macacos porque não havia reuniões comunitárias na localidade e obtive como resposta que o “clima na favela” não estava favorável para a realização desse tipo de encontro. Nos dois contextos, não busquei mais informações junto aos

própria atuação dos comandantes de UPP nos remete a forma de atuação do Intendente Geral¹⁷, pois conforme chama a nossa atenção Cano, Borges e Ribeiro (2012) nas UPPs como nos batalhões tradicionais, tudo depende da atitude do comandante local.

O formato das ocupações militares colocado em prática pelo Estado ao longo do processo de pacificação e a própria implantação das UPP's remete a uma série de atualizações em torno dos mecanismos de gestão e controle governamentais sobre as populações residentes em favelas. Como Leite (2014) chama atenção, a política de “pacificação das favelas” reedita a proposta dos parques proletários¹⁸ de civilizar os moradores de favelas. O protagonismo ocupado pela polícia é articulado a administração burocrática dos territórios e dos indivíduos favelados. Assim como Farias (2014) entendo as práticas de governamentalidade, nos termos trabalhados por Foucault (2008b) – visto que a definição de “governo” é acionada enquanto “atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais” (FOUCAULT, 2008B). Não se trata de fazer referência a um mandato específico, e sim às formas de governar, que não são determinadas por um único cargo, por um único órgão estatal, mas por uma engrenagem composta por uma infinidade de cargos, funções, atribuições, substituições, procedimentos, requerimentos, ofícios, registros, carimbos, assinaturas, enfim, atos relativos a determinadas competências que por sua vez estão relacionadas a determinados órgãos,

policiais sobre a não realização das reuniões comunitárias não estarem sendo realizadas, haja visto o risco de ser identificado como alguém que compactuava com a UPP.

¹⁷ Bretas (1997, p. 41), salienta que a primeira estruturação da força policial do Rio de Janeiro decorreu da transferência forçada da elite portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, em um contexto em que Portugal havia sido invadido pelos exércitos de Napoleão. Sendo assim, o modelo de organização policial adotado foi o de Lisboa. O Alvará Régio de 10 de maio de 1808 criou a figura do Intendente Geral da Polícia do Brasil, exatamente nos mesmos termos de seu predecessor português, cujo papel era baseado no *Lieutenant General de Police français*. Bretas se refere a Intendência Geral como um órgão que possui diversas atribuições e que atua como administrador da cidade e até mesmo como juiz.

¹⁸ Valladares (2005) evidencia como o surgimento dos parques proletários está inserido em um contexto em que os órgãos do Estado buscam desenvolver mecanismos administrativos com o objetivo de conhecer e controlar a favela e seus moradores, com destaque para os primeiros estudos estatísticos a respeito das favelas, seus moradores e a construção dos parques proletários. “Não se tratava apenas de retirar as famílias dos espaços insalubres das favelas, fornecendo-lhes novas moradias de acordo com as regras sanitárias. O objetivo era também dar assistência e educar os habitantes para que eles próprios modificassem as suas práticas, adequando-se a um novo modo de vida capaz de garantir sua saúde física e moral. [...] Esses parques também compreendiam dispensários, escolas, centros sociais, equipamentos esportivos, creches e um posto de polícia” Valladares (2005, p. 62).

institutos, secretarias, núcleos etc, distribuídos em suas respectivas instâncias de governo. São distintas as instâncias estatais que permeiam – ainda que de forma variada e assimétrica – as discussões que busco trazer para este trabalho, considerando que as interlocuções no campo foram travadas com gestores e funcionários de equipamentos locais do âmbito estadual e em especial municipal, como é o caso de escolas, unidades de saúde, gerências de limpeza urbana e conservação públicas, unidades de assistência social.

No contexto da pacificação a UPP Social está inscrita num modelo de atuação estatal em que os seus agentes operam a participação e a proximidade com o objetivo de regular e controlar a sociabilidade dentro das favelas, através dos fóruns de implantação do programa e, sobretudo, por meio da rotina de gestão e mediação de reuniões comunitárias entre os moradores de favela e agentes do poder público. Ao longo das suas atividades, os agentes do programa eram colocados a mediar intervenções do Estado que visavam estabelecer e concretizar regras sobre a circulação de veículos nas favelas, organizar a rotina de manutenção da rede de iluminação pública, a realização de festas. Dentre outras atividades, a intervenção do programa que alcançou maior visibilidade midiática diz respeito a regularização dos pontos de descarte de lixo nas favelas com UPP, projeto cunhado como “Vamos Combinar uma Comunidade Mais Limpa”. Com o desenvolvimento do “Vamos Combinar”, os agentes do programa chegaram a ocupar certo protagonismo nas favelas na medida em que a UPP Social se colocou como o principal mediador desse processo, que envolvia funcionários do poder municipal, estadual e em alguns casos militares¹⁹.

Com a “dilatação” do papel da polícia nas áreas de UPP observa-se um maior envolvimento da tropa e de seus comandantes em questões “sociais”, como afirmado com regularidade pelos policiais. Conforme será abordado ao longo desse trabalho a gestão do Estado no que diz respeito a busca pela “proximidade” com os moradores começa a ser colocada em prática durante a ocupação do BOPE para a implantação da “política de pacificação”. Inclusive, os policiais que mediam as reuniões comunitárias organizadas pelo BOPE com frequência buscam reforçar entre os moradores que aquele momento seria um marco para as mudanças sobre a forma da PM se relacionar com as favelas do

¹⁹ Abordarei novamente o processo de implantação do projeto “Vamos Combinar no capítulo 2.

Rio de Janeiro, não sendo rara as situações em que durante as reuniões os mediadores comunitários do BOPE reforçavam que “era preciso superar a relação traumática” estabelecida pela polícia com os moradores. “Problemático”, “conflituoso”, “traumático”, “tensões” são alguns adjetivos acionados durante os encontros comunitários tanto por moradores quanto pelos policiais para definir o período anterior a “pacificação”, ao mesmo tempo em que a ideia de confiança é da mesma forma acionada, especialmente, pelos policiais que buscam demarcar “um novo tempo”, “um tempo de paz” com a favela. Por sua vez, o caminho colocado como possibilidade para a superação desse “trauma”, para o estabelecimento de um “novo tempo” passaria pela colaboração dos moradores com relação a denúncias que levassem a esconderijos de drogas, armas e de pessoas envolvidas com o tráfico varejista de drogas, condicionalidades que evidenciam a continuidade dos conflitos e tensões que permeiam a relação dos policiais com os moradores de favela durante a implantação da política de “pacificação”.

Como Menezes (2015) chama atenção, o ambiente das favelas após a “pacificação” passa a ser caracterizado pela coabitação, com oscilações intensivas e arranjos criativos, entre a antiga lógica do “fogo cruzado”, baseada no medo constante dos tiroteios, e a lógica do “campo minado”, baseada no monitoramento constante do ambiente e no medo de possíveis “contaminações”, geradas pelo contato entre moradores, policiais e traficantes que agora dividem o mesmo território 24 horas por dia. Para a discussão que pretendo travar ao longo do meu trabalho, vale destacar os três obstáculos apontados pela autora que dificultam a aproximação entre moradores e policiais das favelas “pacificadas”: a) os traumas e sequelas originados em experiências pretéritas vividas nos territórios favelados tanto por moradores e traficantes quanto por policiais; b) o medo gerado pelo rumor de que o projeto das UPPs não ficará indefinidamente, tendo portanto data para acabar – sendo depois das Olimpíadas de 2016 a data mais provável; c) o temor da “contaminação” que qualquer contato com policiais dentro dos territórios “pacificados” pode gerar.

Ao tomar tais obstáculos como referência para discutir a proposta de uma “polícia de proximidade”, pretendo analisar como no contexto de pacificação são colocados em prática um conjunto de dispositivos que visam regular e controlar a população das favelas, gerir o cotidiano e a sociabilidade dentro do território.

Considerando o caráter ad hoc do processo de “pacificação” das favelas, o projeto das UPP’s tem como um de seus vetores a reconfiguração daquelas favelas como territórios seguros para a cidade, e que através da militarização do território e das práticas de controle social coercitivo dos moradores o Estado opera a sua disposição administrativa, como descrito por Foucault (2005) ao analisar o Hospital Geral. No caso das favelas, a coação moral se apresenta quando observamos que a polícia controla a liberação de eventos culturais, exigindo autorizações através da emissão de ofícios, que são via de regra desautorizados quando se trata de eventos com música funk; produz mecanismos de controle sobre o trabalho de mototaxistas, tais como cadastro de dados pessoais e apresentação de documentos, que visam regular a circulação de motos e a própria atividade; reforça representações de cunho identitários acerca de atitudes suspeitas, que regularmente são dirigidas contra jovens negros e os seus espaços de sociabilidade. Os eventos são enquadrados em uma teia de mecanismo acionados para justificar e legitimar o controle territorial e, invariavelmente, a violência policial contra estas populações. Trata-se de um conjunto de “novas” atribuições, em que cabe ao policial o papel principal na regulação das “desordens da vida” na favela, mediando desde pequenos conflitos até intervenções na repressão de situações criminosas propriamente ditas. Com isso, parece haver uma certa dilatação das competências no exercício cotidiano da atividade policial, em que os policiais são tidos como um faz tudo da comunidade.

Considerando a forma como se deu a minha inserção no campo, no primeiro capítulo busco descrever a minha trajetória enquanto gestor local da UPP Social, programa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro diretamente implicado no processo de implantação da política de “pacificação”. Ao descrever a minha inserção no campo procuro da mesma forma problematizar a atuação do programa nas favelas com UPPs, uma vez que em meu caso a forma de se relacionar com o trabalho de campo significou reconhecer a dimensão afetiva que estabeleci com os instrumentos e procedimentos burocráticos do Estado. Em seguida, no segundo capítulo, busco traçar um panorama das tensões entre a ocupação bélica e militar colocada em prática no contexto de pacificação a partir de entrevistas que realizei com moradores, policiais e presidentes de associação de moradores. A partir desses relatos procuro discutir as tensões e

as diferentes perspectivas em disputa durante a implantação da política de pacificação. A experiência da política de “pacificação” provocou tensionamentos específicos devido a uma maior aproximação territorial entre o aparato “institucional legal” e o “crime violento”, o que tem implicações na forma como a ideia de proximidade era apropriada pelos diferentes agentes sociais envolvidos no programa. De acordo com essa formulação inicial, a pergunta que permeou a elaboração deste trabalho é de como a proximidade é colocada em prática no contexto da violência urbana, em que a construção de suas vítimas atuais ou potenciais, são reconhecidas como participantes subalternas de duas ordens sociais coexistentes: a ordem institucional-legal e, paralelamente, ao crime violento.²⁰

No terceiro e último capítulo, apresento as favelas onde empreendi o trabalho de campo, discuto como são colocados em prática um conjunto de mecanismos que visam regular e controlar a vida dos moradores de favela através do mecanismo de proximidade estabelecidos ao longo do processo de implantação da política de “pacificação”. Para tanto, tomo como objeto de análise as reuniões comunitárias realizadas pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE) na Penha e o envolvimento de um comerciante na criação da Associação Comercial no Morro dos Macacos. Considero que essas duas experiências podem ser tomadas como situações dramáticas no que diz respeito as possibilidades de participação política na vida associativa comunitária e do estabelecimento da proximidade entre os moradores de favelas e a polícia.

²⁰ Há uma extensa literatura que trata da complexa relação que envolve traficantes de drogas, policiais e moradores de favelas, mas eu gostaria de chamar atenção para o conteúdo do documentário “Notícias de uma guerra particular” (1999), dirigido em parceria pelos documentaristas João Moreira Salles e Katia Lund. Ao longo do documentário os conflitos armados entre traficantes e policiais são tratados como consequência de uma guerra particular, em que os moradores ficam entre as arbitrariedades cometidas pela polícia e a violência dos traficantes. Ainda que se trate de um contexto bem anterior a implantação das UPP’s, alguns dos relatos de moradores, policiais e traficantes reforçam os argumentos que ora eu estou apresentando.

1 NOTAS ETNOGRÁFICAS DE UM APRENDIZ DE GESTOR

1.1 Andar, ouvir e participar

Todos os dias têm a sua história, um só minuto levaria anos a contar, o mínimo gesto, o descasque miudinho duma palavra, duma sílaba, dum som, para já não falar dos pensamentos, que é coisa de muito estofo, pensar no que se pensa, ou pensou, ou está pensando, e que pensamento é esse que pensa o outro pensamento, não acabaríamos nunca mais (JOSÉ SARAMAGO, *Levantado do Chão*, 2010, p. 59).

O ofício etnográfico pode ser definido por descrições que acionam a percepção e, por conseguinte, a classificação dos sentimentos e emoções como possibilidades de conformação do objeto a ser analisado sob o prisma da antropologia. A sensibilidade do empreendimento etnográfico consiste no movimento que desloca a perspectiva, através de atos cognitivos inscritos no olhar, ouvir e escrever (cf. CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000; DAMATTA, 1978). Busca-se por um ponto de vista “de dentro e de perto”, de modo que seja capaz de identificar, descrever e refletir aspectos que ficam afastados da perspectiva oposta, a “de longe e de fora” (MAGNANI, 2009). Cada vez mais assumimos a dimensão subjetiva que permeia a experiência etnográfica, no ritmo do anthropological blues (DAMATTA, 1978). Tomada como uma dimensão fundamental para a construção etnográfica, a experiência advinda desse processo passa a compor o arcabouço analítico próprio da antropologia.

A “prática etnográfica” tem a escuta como ferramenta importante ao mesmo tempo em que a descoberta com o outro é fruto da observação planejada e continuada (Cf. MAGNANI, 2009, p. 151). Por outro lado, a antropologia abriga a especificidade de não se definir pela natureza das sociedades estudadas, mas pelo conhecimento elaborado a partir das sociedades extra europeias, em que a observação rigorosa, por impregnação lenta e contínua, constituiu a formação da disciplina. Trata-se de uma atividade perceptiva fundada na observação dos gestos, expressões corporais, usos alimentares, silêncios, suspiros, sorrisos, caretas, ou na diferenciação entre piscadas e piscadelas. Seguindo as próprias contingências deste exercício a tarefa etnográfica consiste em compreender os modos de vida, em suas teias de significados (GEERTZ, 2008).

Ao tomar como objeto de reflexão a minha “experiência etnográfica” durante o trabalho de campo em favelas com Unidades de Polícia Pacificadora

(UPP), analiso o andar, o ouvir e a participação como formas de percepção que se encontram dinamicamente inter-relacionados em fluxos, exercendo e sofrendo influências recíprocas (SILVA, 2009). Para cada uma dessas formas, definirei as circunstâncias que delimitam a realização da minha pesquisa. A experiência etnográfica que classifico como de primeira impressão se deu com o andar no campo. Ao deixar-me tocar pela experiência do andar é que estabeleci os primeiros contatos com os meus interlocutores. Embora olhar e ouvir não possam ser tomados como faculdades independentes no processo de pesquisa, eu tomo a ideia de escuta forte como categoria nativa ao mesmo tempo em que me foi útil para ouvir e acessar as explicações sobre a política de pacificação em curso nas favelas em que realizo trabalho de campo. Mas foi a participação observante que significou o que chamo de “experiência reveladora”, sendo o elemento constitutivo das minhas relações cotidianas.

Temos uma expressão que já se transformou num jargão na prática cotidiana da UPP Social: a escuta forte. Praticar a escuta forte é pensar: o que a gente aprende com isso? Qual impacto? Como entendemos que a rede de socialização que se estabeleceu naquele território é formada por essa prática e não só pelos estereótipos de que o menino é traficante ou não, de que a polícia mata ou não e que a diretora é inepta ou não?” (Entrevista Ricardo Henriques ²¹, Comunicações ISER).

Ao refletir sobre as questões oriundas do trabalho de campo demonstrarei como andar, ouvir e participar foram requeridas como habilidades fundamentais para o desenvolvimento das minhas relações com funcionários e técnicos de diferentes órgãos da prefeitura e do estado do Rio de Janeiro – saúde, educação, assistência social, cultura, etc. Ademais, sobre a dimensão metodológica que caracteriza a realização desta etnografia, é instrutivo acentuar o modo pelo qual se deu a minha inserção empírica no campo. Os principais fatores que motivaram tornar esta experiência em objeto de reflexão e pesquisa, entre os quais os mais decisivos foram, sem dúvida, o caráter “oportunista” e ambivalente da minha inserção no campo. Ao longo da pesquisa, o “estar lá” e o trabalho de observação me colocaram como objeto e sujeito de observação, no sentido da “participação observante²²” apresentada por Wacquant (2002). Assim, a minha descrição

²¹ Ricardo Henriques presidiu o IPP até julho de 2012, ocasião em que houve a substituição do cargo pela também economista Eduarda La Rocque.

²² O observador que descreve se insere ele próprio como objeto e sujeito da observação. As notas etnográficas são, ao mesmo tempo, as de um antropólogo em trabalho de campo e as de um aprendiz de boxeador. É o mesmo que tento fazer ao render os métodos da antropologia à

envolve, por um lado, a necessidade de abordar a minha atuação como consultor da ONU-Habitat para o programa UPP Social e, por outro, o esforço de transformar esta experiência em um trabalho de pesquisa. De fato, no que se refere à pesquisa, não comecei a frequentar o conjunto de favelas da Penha e dos Macacos com a finalidade expressa de analisar a gestão da proximidade enquanto mecanismo do Estado ou de dissecar os espaços de participação comunitária viabilizados a partir das diferentes etapas da experiência da política de pacificação²³.

Conforme descrito a seguir, o texto apresentado aqui é fruto desta experiência como gestor, na medida em que eu mesmo me tornei um experimentador; e a experimentação, um meio para o trabalho de observação e descrição. Portanto, seria absolutamente enganoso e artificial se eu buscase apresentar a minha pesquisa nos termos clássicos que definem a observação participante como método privilegiado da etnografia (MALINOWSKI, 1976).

1.2 A experiência como gestor

A partir da experiência nas favelas do Complexo da Penha, onde houve uma grande intervenção militar e, posteriormente, instalação de UPP's, proponho tomar a minha atuação como objeto de análise. Entre os meses de março e julho de 2012²⁴, atuei como assistente local da equipe de gestão territorial da UPP Social²⁵ no conjunto de favelas da Penha. De julho de 2012 até

descrição da minha experiência etnográfica. Ou seja, busco colocar a participação observante a serviço da descrição etnográfica.

²³ A minha escolha em tomar como objeto de análise a minha atuação no contexto da política de pacificação foi feita em meados de 2014, logo após o meu ingresso no curso de Especialização em Sociologia Urbana da UERJ, no mesmo ano. Tal escolha tem me colocado a necessidade de retomar anotações e registros pessoais que tratam da minha atuação como consultor da ONU-Habitat para o programa UPP Social.

²⁴ Em julho de 2012, as tropas do exército foram retiradas do Complexo do Alemão e da Penha. Na Penha houve a instalação da UPP Vila Cruzeiro, UPP Fé/Sereno, UPP Parque Proletário da Penha e UPP Chatuba.

²⁵ O programa UPP Social foi criado no âmbito da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH) com a finalidade de contribuir – da perspectiva dos promotores – com a consolidação do processo de pacificação das áreas contempladas pelo “experimento” da UPP. Posteriormente, em junho de 2011, grande parte da equipe responsável pela elaboração da proposta e o próprio programa UPP Social foram transferidos para o Instituto Pereira Passos (IPP), autarquia da prefeitura do Rio de Janeiro, que passou a coordenar as ações do programa em parceria com a ONU/Habitat. Ricardo Henriques presidiu o IPP até julho de 2012, ocasião em que houve a substituição do cargo pela também economista Eduarda La Rocque. Em agosto de 2014, o programa UPP Social passou

março de 2013 ocupei o cargo de gestor local da equipe do Morro dos Macacos. E em março de 2013 voltei a atuar como gestor local da equipe do conjunto de favelas da Penha, permanecendo neste cargo e no programa até junho de 2015.

Em março de 2012, iniciei as minhas atividades na função de assistente local como integrante da equipe de gestão territorial do Complexo da Penha, que além de mim contava com mais dois integrantes, sendo um deles o gestor local. Naquele momento, de acordo com a proposta da coordenação do programa UPP Social, caberia as equipes realizarem a pré-implantação²⁶ do programa no território. A ideia principal do período de pré-implantação era de que os integrantes das equipes conhecessem a geografia física e política das favelas, e a escuta forte condicionaria esse estar no campo. Antes de entrar no território a equipe recebia um conjunto de mapas com informações sobre a localização, os limites de cada UPP de acordo com as favelas onde atuaria, a delimitação das áreas de risco geofísicos e o georeferenciamento dos equipamentos públicos locais. Além dos mapas, também recebíamos o “Panorama do Território”, um documento com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) sobre a localização e a caracterização geral do território, dados censitários referentes a demografia, área ocupada, dados socioeconômicos sobre a prestação de serviços urbanos (água, saneamento básico, coleta de lixo e energia elétrica), informações sobre educação e renda da população.

Tendo em mãos esse conjunto de informações a atribuição do gestor local junto com a sua equipe era estabelecer a estratégia que seria adotada para a entrada no campo. As apresentações iniciais foram feitas junto as doze associações de moradores da Penha, a partir das quais ampliaríamos o nosso escopo de conhecimento geográfico e da vida associativa do território. Esperava-se que as equipes de campo tivessem o conhecimento exato sobre os

a se chamar Rio+Social. O anúncio da mudança do nome do programa foi feito em um evento na Rocinha, que contou com a presença do prefeito Eduardo Paes. Cf.

<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4849123> Acessado em 01/02/2012.

²⁶ Em teoria o trabalho de pré-implantação do programa UPP Social seria realizado logo que a UPP local fosse instalada, para que após quarenta e cinco dias seja feita a implantação do programa através da realização de um fórum público com a participação de moradores, representantes de associações de moradores, dos equipamentos públicos locais, representantes do Poder Executivo Estadual e Municipal e do comandante geral da UPP. Entretanto, na prática, o calendário de implantação do programa UPP Social sempre foi alterado de acordo com a agenda de instalação de cada UPP. No caso do *Complexo da Penha* a pré-implantação foi iniciada ainda no período em que a “Força de Pacificação” ocupava o território.

equipamentos públicos existentes, dos seus gestores e de suas rotinas (e as formas de atuação de seus gestores), quais os espaços de encontro e de reuniões em curso no território, a frequência e os atores participantes, as lideranças e as instituições locais eram mapeadas e classificadas de acordo com a atuação de cada uma, com seus respectivos atores, a qualidade da relação da UPP local com os atores da favelas, quem era o comandante e os tipos de reunião que realizava, espaços de lazer, eventos, festas e celebrações de cunho comunitário. Tratava-se de um levantamento minucioso acerca da vida associativa local, e a identificação dos atores na complexa teia de relações no território, principalmente a partir da implantação da UPP. Tratava-se de um levantamento de informações sobre as condições de infraestrutura urbana da favela, as suas principais localidades, e os locais de maior vulnerabilidade econômica, social e urbanística.

Sobretudo, trata-se de um processo marcado por longas caminhadas e por horas e horas de conversa e escuta, em que em meio aos mapas e documentos, íamos estabelecendo novas interlocuções com moradores, lideranças, gestores locais, dentre outros atores. Outro componente marcante da entrada no campo consistia na apresentação sobre a estrutura do programa UPP Social, os seus objetivos e seus eixos de ação. A construção de informações e o levantamento de demandas eram levadas a cabo na medida em que a equipe ampliava a rede de contatos no campo, e os dados oriundos do campo eram sistematizados no “trabalho de escritório”, na sede do Instituto Pereira Passos. Aquele momento inicial era um período de intensa circulação no território, que guardava consigo o fato das equipes buscarem se dissociar da UPP, ou seja, a nossa apresentação pessoal e das nossas atividades sempre era acompanhada de um esforço de diferenciar a UPP da UPP Social, e esse distanciamento era buscado de acordo com o “clima” da favela e os conflitos armados entre a UPP e traficantes locais, numa espécie de “limpeza moral e simbólica”.

1.3 Estando lá: a “primeira impressão”

Considerando as impressões sobre as atividades que eu deveria exercer, passei a me focar na entrada no campo. Sabia que a ocupação militar levada a

cabo em 2010 nas favelas do Alemão e da Penha havia se configurado como um marco para a implantação da política de “pacificação”. Ainda sem saber qual o caminho seguiria a minha “primeira impressão” eu já vislumbrava em tomar a “participação” como instrumento de conhecimento. O primeiro dia do mês de março de 2012 era a data que havia sido marcado o primeiro encontro com o presidente da Associação de Moradores do Morro do Caracol, quem de imediato havia se disponibilizado a nos receber nas favelas da Penha. Não seria um encontro entre um pesquisador e uma liderança local, mas com a equipe de um programa vinculado a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Junto com os colegas de trabalho cheguei a Associação de Moradores do Morro do Caracol, localizada em uma pequena sala na subida da favela.

Após as devidas apresentações, fomos perguntados se gostaríamos de ver a favela, mas não era simplesmente uma questão de querer, e sim um interesse condicionado a nossa posição no local. Naquela ocasião, ele guiaria agentes da prefeitura do Rio que tinham o interesse de conhecer e entender as demandas locais. Saímos pela sala da associação e seguimos até a rua principal que dá acesso ao alto do Morro, ao invés de fazer o percurso normal dos moradores éramos guiados pelo presidente da associação pelo caminho de quem visa mostrar os problemas da comunidade. Assim que saímos da associação, havia uma montanha de lixo quase encostada no prédio, ao longo da caminhada encanamentos da rede de água com problemas de vazamento, valas de esgoto a céu aberto, áreas de risco geotécnico apontadas, mostrava-nos habitações em precárias condições, problemas com a pavimentação das calçadas e ruas, dentre outras demandas.

O presidente da associação de moradores se identificava como um representante da comunidade ou mesmo como um gestor local, responsável por identificar e articular politicamente a solução dos “problemas da comunidade”. Ademais, durante todo o tempo parecia querer nos ensinar como olhar os “problemas da favela” e explicitava, por vezes, sua compreensão acerca das relações de distanciamento tomada diante dos problemas urbanos e sociais. Foi

a partir da experiência cotidiana de meus interlocutores na favela que eu pude experimentar como era o ver e estar em contato com o “problema da favela²⁷”.

Dirigimo-nos até o alto do Morro do Caracol. Passamos em frente onde seria a casa de um traficante conhecido – o Mica -, local que viria a se tornar uma base de UPP. Durante a caminhada o presidente da associação identificava os antigos pontos de venda de drogas, apontava os locais com as “marcas da guerra”, como se quisesse nos impressionar. Enquanto isso falava de sua longa trajetória à frente da associação de moradores local, compartilhando suas estratégias de como lidar com os problemas e os conflitos próprios da sua atividade, do seu papel de intermediador entre diferentes interesses, descrevia a sua rede de contatos com agentes do poder público, buscando demonstrar que, em certa medida, compreendia a lógica de funcionamento do Estado. Foi quando deixou um convite em aberto para um almoço.

A verdade é que eu não estava ali como um etnógrafo em busca da construção de dados de pesquisa. A organização do meu caderno de campo atendia as exigências que deveriam ser cumpridas com o preenchimento cotidiano do meu diário de campo, em um blog preparado para isso e compartilhado com meus supervisores e o gerente do programa UPP Social. O fato de aceitar ocupar esse lugar e ser afetado por ele abriu um tipo comunicação específica, cunhada por Fravet-Saada (2005) como uma comunicação sempre involuntária e desprovida de intencionalidade. O processo de pesquisa que descrevo envolve reconhecer o lugar do afeto e a minha experiência com a burocracia estatal, seus instrumentos e dispositivos administrativos. Ao se referir ao afeto, a antropóloga Favret-Saada (2005) apresenta uma nova forma de se relacionar com o trabalho de campo no qual “ser afetado”, o antropólogo se expõe ao afeto de seus interlocutores, sendo fundamental esta condição para a experiência etnográfica. Em meu caso, trata-se de ser afetado pelos instrumentos e procedimentos burocráticos do programa UPP Social. A autora revela que em sua pesquisa de campo não podia fazer outra coisa a não ser deixar-se afetar pela feitiçaria.

²⁷ Em um artigo de 1967, Luiz Antonio Machado da Silva identificou, entre as principais perspectivas das pesquisas sobre favelas, aquela que compreendia esses espaços como um “problema social” que, enquanto tal, deveria ser solucionado para só então serem integradas à “comunidade nacional” (MACHADO, 1967).

Embora, durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, surpreendo-me hoje com a clareza das minhas escolhas metodológicas de então: tudo se passou como se tivesse tentando fazer da “participação” um instrumento de conhecimento. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 157)

No final do dia, quando fui embora do campo, restava-me preencher o primeiro diário de campo, além de ter que iniciar a sistematização das demandas da comunidade. Neste momento, imagens iam e vinham na minha cabeça. Não se tratava de um espanto diante os problemas da favela, mas sim da possibilidade de atuação enquanto gestor. Em meio a tantas questões eu me pegava a pensar em como eu deveria encaminhar as demandas da comunidade.

Nesse dia foi difícil não retomar inconscientemente a imagem e a ideia de que passaria a representar o poder público na favela. Fui me deitar tarde da noite. Ainda me esforçava para pensar em outra coisa que não fosse a tarefa que teria pela frente.

Quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Aos poucos, no decorrer de um pouco mais de um ano, passei a considerar que eu havia me socializado de tal forma no campo que a minha atividade parecia naturalizada. E rememorar a experiência de “primeira impressão” nas favelas consiste em assumir que eu não tinha controle sobre as visões que guardo na memória, mesmo que eu considere o afastamento da minha atividade de gestor local. É a partir dessa experiência no campo que na seção seguinte abordo as tensões que cercam o programa de “pacificação” e a, conseqüente, subordinação do programa UPP Social à agenda policial nas favelas.

2 A POLÍTICA DE PACIFICAÇÃO: ENTRE A MILITARIZAÇÃO E O FAZER “O SOCIAL”

Como descrevo no primeiro capítulo, a construção das questões e a orientação metodológica para a realização da minha pesquisa de campo foram atravessadas pela minha inserção na UPP Social. Essa conformação no campo volta a perpassar a análise que realizo nas sessões do presente capítulo, especialmente na seção que trato da gênese da UPP Social. O modo como se deu o desenvolvimento da pesquisa está inserido em um contexto em que fiz parte da “equipe técnica” de um programa criado para operacionalizar o trabalho de outros órgãos públicos nas favelas ocupadas pelas forças de pacificação e, neste sentido exercer uma função complementar à ocupação militar, ainda que com lugar institucional diferenciado, conforme destacado por Rocha (2014). Por sua vez, institucionalmente, o Estado busca afirmar que a UPP é um novo modelo de segurança, além de buscar conferir centralidade para as políticas sociais como um pilar para a formulação dessa política de segurança voltada para “levar a paz” para as favelas.

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de segurança pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades²⁸.

Todavia, Rocha (2014) sinaliza que ao invés de centralizar tarefas e gerenciar as ações de outros órgãos públicos, a “política social” levada à cabo pela UPP Social estaria à reboque desses, precisando esperar respostas e sem ter como retornar às localidades com informes concretos sobre as reivindicações pautadas pelos moradores e coletivos das favelas. Tal análise é reforçada pela afirmação de Ricardo Henriques de que o maior desafio que o programa apresentava era para a “governança” institucional; em função do que denominou de “encastelamento setorial” dos órgãos da máquina pública frente a uma proposta intersetorial (SIQUEIRA ET AL., 2012, 150).

Como destaca Carvalho (2014), a “pacificação” caracteriza-se pela ocupação policial militar através da implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), mas envolve também a participação de outros atores sociais

²⁸ Disponível em: www.upprj.com Acessado em 10/12/2017

na produção do que a autora denomina como a “gestão da paz”, configurada através do controle da ordem pública e de uma atuação pedagógica (disciplinadora) no espaço das favelas. Como destacado por Henriques; Ramos (2011, p. 3) “optou-se por um programa cujo objetivo principal fosse a consolidação do controle territorial e a pacificação nas áreas das Unidades de Polícia Pacificadora, e não um programa geral de combate à pobreza e às desigualdades”. Os principais mentores do programa explicam ainda que o programa foi desenhado para “atuar de modo integrado com os objetivos da ação policial” e concluem afirmando que a UPP Social tem como centro a pacificação e suas atividades convergem para “dar sustentabilidade à pacificação, promover a cidadania e o desenvolvimento socioeconômico nessas áreas e finalmente contribuir para efetivar a integração dessas áreas ao conjunto da cidade²⁹”.

Na prática, conforme será abordado na seção a seguir, é possível afirmar que o modelo “inovador” experimentado pela política de “pacificação” remete a um passado não muito distante em que o Estado buscou alinhar a pauta da segurança pública com intervenções na área social, vide a seguir o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais – GPAE e do Mutirão pela Paz. O experimento da UPP Social e sua promessa de integração das favelas ao conjunto da cidade não foi cumprido e ao longo do seu curto período de existência, o programa de engajar os setores da iniciativa privada ligadas ao empreendedorismo e as diferentes instâncias dos órgãos públicos, em nível estadual e municipal. Como veremos, o trabalho da “equipe técnica” do programa basicamente se restringe à construção de diagnósticos, construção de informações e “levantamento” de demandas sociais e políticas, haja visto sua atuação à sombra do protagonismo ocupado pelos técnicos dos órgãos que realmente poderiam fornecer informações sobre a prestação de serviços nas favelas “pacificadas”.

²⁹ Ricardos Henriques permaneceu à frente do IPP até agosto de 2012 e após sua saída, a secretária de Fazenda do município, Eduarda La Rocque, assumiu a presidência do Instituto Pereira Passos, conforme descrito na seção em que trato da gênese da UPP Social. Sob o comando da economista, houve uma tentativa de alteração das diretrizes do programa, que a partir de então deveria assumir um caráter mais voltado para a parceria público-privada, o desenvolvimento do empreendedorismo local e a busca por parcerias com a iniciativa privada que pudessem conduzir e subsidiar com recursos projetos sociais desenvolvidos nas favelas “pacificadas”.

Do ponto de vista das dinâmicas internas e da atuação das equipes de Gestão Territorial do programa³⁰, é possível apontar um grande desconforto com relação a essa proposta de atuação integrada da UPP Social e UPP Militar³¹. Como Carvalho (2014) sugere, a partir da atuação da UPP, há uma migração dos registros do auto de resistência para os casos de desacato à autoridade, cujos sentidos sobre a noção de autoridade policial continuam a se ajustar frente a uma população que não deixa de ser “suspeita”, sendo aqueles que não estão de acordo com o novo sistema vigente identificados como coniventes com o tráfico e/ou a favor dele. As controvérsias em torno das interações com possíveis “suspeitos” e policiais é identificada quando tratamos da possibilidade dos moradores das favelas “pacificadas” buscarem algum nível de “proximidade” com os policiais das UPP’s. Da mesma forma, entre as “equipes de campo” da UPP Social imperava o receio de serem associados às UPP’s, na medida em que era conhecimento de todos que o tráfico continuava a operar suas atividades nos territórios pacificados, o que se mostrava ameaçador na medida em que a natureza do trabalho imposta a essas equipes consistia essencialmente em circular nos territórios “pacificados”. Por outro lado, conforme descrevo na seção “o amigo da UPP” o contato das equipes de campo com lideranças comunitárias consideradas “suspeitas” pelos agentes da UPP poderia resultar em questionamentos com relação a atuação da “equipe no campo”. Trata-se de uma tarefa, como em toda interação social, que envolve o controle e interpretação de impressões, cujas implicações decorrem de um complexo de observações e inferências construídas a partir do que os indivíduos fazem, assim como do que dizem, tanto em público, isto é, quando sabem que estão sendo observados, quanto privadamente, isto é, quando pensam que não estão sendo observados (BERREMAN, 1975).

O trabalho de construção de diagnósticos, elaboração de mapas e levantamento de demandas dos territórios “pacificados”, colocava para as equipes de campo da UPP Social o desafio constante de negociar o seu papel

³⁰ Voltarei a falar sobre o funcionamento das diferentes áreas do programa UPP Social na seção em abordo a gênese do programa. Todavia, vale ressaltar por agora que as equipes de Gestão Territorial e/ou equipes de campo, como eram chamadas, tem uma atuação marcada pela presença diária nas favelas com UPP.

³¹ Como Rocha (2014) assinala, os termos UPP Militar e UPP Social são acionados por lideranças comunitárias com o objetivo de dissociar as duas instâncias estatais ligadas ao programa de “pacificação”.

perante os sujeitos implicados nos eventos do programa contidos no processo de “pacificação”, como é o caso das reuniões comunitárias e de articulação com lideranças de associações de moradores, diretores de escolas, unidades de saúde, assistência social, policiais das UPP’s, dentre outros. Couto (2016), em sua tese de doutorado, sintetiza as controvérsias narradas acima quando descreve o fórum³² de lançamento da UPP Social no Complexo do Alemão. Realizado em junho de 2012, na Praça do Terço, o evento contou com um público de cerca de 300 moradores, o que marcou internamente o programa como o fórum de maior proporção realizado até então.

Mas o que realmente havia criado comoção entre os membros das equipes de campo da UPP Social, fora o discurso pronunciado pelo presidente do IPP. Nunca tive a oportunidade de ouvir o tão comentado discurso. Mas ouvi múltiplos relatos advindos dos meus colegas da Gestão Territorial. E todos marcavam uma ruptura em relação ao tom assumido por Ricardo Henriques nos demais fóruns, bem como uma ruptura em relação a importantes estratégias discursivas utilizadas pelas equipes de campo nos "territórios". Havia uma sensação generalizada de choque com relação ao destaque dado por Ricardo Henriques ao tema da segurança pública, bem como com relação à abordagem escolhida, que se alinhava explicitamente ao discurso da "pacificação" e adotava uma gramática de implicação de termos como "bárbaros" e "assassinos" aos traficantes de drogas. Ao choque acrescia-se a incredulidade de tal discurso ter sido proferido justamente em um "território" onde a capacidade de atuação da polícia militar parecia estar constantemente em xeque (COUTO, 2016, P. 205).

O destaque conferido por Ricardo Henriques ao tema da segurança pública, bem como a sua narrativa discursiva alinhava publicamente a UPP Social à gramática da “pacificação” ao adotar categorias que implicavam a identificação dos traficantes que “atuavam” no local como “bárbaros” e “assassinos”. De acordo com a rotina do programa, sexta feira³³ era o dia de reunião geral de equipe e nas ocasiões em que os fóruns aconteciam as

³² Os fóruns da UPP Social significavam o marco de lançamento do programa nos territórios “pacificados”, mas esse evento significativo dentro da estrutura do programa era precedido pelo trabalho de pré-implantação do programa nas áreas com UPP que era realizado à reboque da agenda de implantação das UPP’s por parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. A pré-implantação consiste no trabalho de levantamento de demandas, mapeamento de lideranças comunitárias e de projetos em desenvolvimento por organizações da sociedade civil, em paralelo era realizado as articulações visando a mobilização local para a realização do fórum da UPP Social em um prazo que variava entre 30 e 40 dias.

³³ Era obrigatório a participação das equipes de campo nas reuniões semanais, que sempre aconteciam na sexta feira. O encontro semanal contava com a presença das três gerências da UPP Social: Gestão Territorial, Gestão de Informação e Gestão Institucional, além de outras gerências internas do próprio IPP. O espaço da reunião era um momento em que as diferentes equipes do programa podiam trocar informações sobre as agendas em andamento, além de ser o espaço em que as gerências supracitadas atualizavam as equipes sobre os encaminhamentos em trono da construção da agenda geral do programa nas favelas.

discussões eram pautadas pelos acontecimentos do evento. Era o momento em que o próprio presidente do IPP fazia a sua avaliação sobre o fórum, assim como as gerências da equipe de Gestão Territorial e as equipes dos outros territórios. Conforme Couto (2016) destaca, o fato do presidente do IPP convidar a dupla da equipe de campo do Complexo do Alemão para iniciar a condução da reunião refletia o desconforto presente entre os integrantes do programa. Ao tomar a palavra, o gestor local do programa no Complexo do Alemão ressaltou criticamente o quanto o posicionamento de Ricardo Henriques colocava em xeque a segurança da equipe, uma vez que traficantes conhecidos circulavam pelo local para observar o evento e, portanto, provavelmente, haviam escutado as referências de “bárbaros” e “assassinos” atribuídas a eles. A conduta do presidente do IPP poderia estar colocando a equipe em perigo, sem contar que havia o receio do discurso inviabilizar a continuidade do trabalho da UPP Social no Complexo do Alemão. O fórum do Complexo do Alemão expunha assim algumas ambiguidades internas às dinâmicas e estratégias adotadas pelas equipes de campo que visavam a desvinculação entre os dois programas – UPP e UPP Social -, enquanto, por outro lado, publicamente, o alinhamento institucional do presidente do IPP com a narrativa da “pacificação” era um elemento necessário para a justificação e sustentação política da UPP Social perante a “plateia” e gestores públicos das secretarias dos governos estaduais e municipais.

Os conflitos e as tensões que acompanham tanto a implementação da UPP Social quanto a própria “política de pacificação” está inserido em um contexto mais amplo na história recente das políticas da área de segurança pública, na medida em que não é novidade a criação de programas que tinham como objetivo combinar a presença policial nas favelas e intervenções sociais que buscassem atender as demandas populares por investimento em serviços públicos. Na seção a seguir analiso os experimentos na área da segurança pública colocados em prática no Rio de Janeiro a partir da década de 70, considerando as diferentes perspectivas que permeiam as propostas para esse campo.

2.1 A segurança pública no Rio de Janeiro

Especialmente a partir da década 70, o tema da segurança pública e da criminalidade deixaram de ser tratados exclusivamente da perspectiva jurídica. Ao analisar a literatura produzida entre 1970 e 2000, Kant de Lima, Misse e Miranda (2000) classificam os títulos encontrados em quatro grandes eixos temáticos: 1) delinquência e criminalidade violenta; 2) polícia e sistema de justiça criminal; 3) políticas públicas de segurança; 4) violência urbana: imagens, práticas e discursos. A partir da década de 70, há uma ampliação significativa de pesquisadores da área de Ciências Sociais que passaram a dedicar seus esforços analíticos ao campo de estudos da criminalidade e da segurança pública, especialmente, se contarmos que de acordo com o mesmo levantamento quase metade dos grupos de pesquisa, nessas áreas temáticas concentram-se no Rio de Janeiro e em São Paulo, metrópoles urbanas que, a partir da década de 70, passaram acumular altas taxas de criminalidade violenta. Ao longo da década de 80 e 90, a segurança pública se consolida institucionalmente em um campo privilegiado de estudo para as Ciências Sociais. Apesar da diversidade de perspectivas analíticas entre esses estudos e pesquisas, há o reconhecimento da legitimidade do Estado quanto ao controle e o monopólio do uso da força na área da segurança pública, já que esta é uma atividade revestida de dinâmicas próprias e orientada na perspectiva de garantia da ordem (KANT DE LIMA ET AL, 2000).

No caso do Rio de Janeiro, a expansão do campo de pesquisas na área de segurança pública acontece em um momento em que há os grupos do tráfico varejista de drogas começam a se instalar de forma mais efetiva nas áreas periféricas da cidade, especialmente nas favelas. As formas de controle armado nas favelas exercido por parte dos traficantes varejistas de drogas, o domínio territorial desses grupos sobre as atividades cotidianas das favelas e as formas de intervenção do Estado através das forças policiais passam a ser tomadas como objeto privilegiado das pesquisas (ZALUAR & ALVITO, 2006).

Apoiadas em estatísticas que apontavam o aumento da violência e da criminalidade, extensamente divulgadas pela imprensa e com apoio de grande parcela da sociedade, é possível identificar o recrudescimento de investidas em ações repressivas no campo das políticas de segurança pública (MACHADO DA

SILVA, 2008). A literatura de cunho sociológico aponta para o fato de que o aumento da criminalidade e da violência urbana marcou significativamente o conteúdo político e analítico a respeito das políticas de segurança pública. Na década de 70, o Rio de Janeiro, experimentou uma série de crises internas em suas corporações policiais e nas relações entre os seus agentes. No mesmo período, a Baixada Fluminense passou a ser identificada amplamente como a região do Estado Rio de Janeiro que acumulava as maiores taxas de criminalidade violenta, especialmente no que diz respeito as práticas de execução sumária realizadas por grupos de extermínio³⁴.

A partir dos anos 80, o debate em torno do problema da segurança pública foi marcado pelo embate entre duas concepções políticas antagônicas, ou seja, entre os discursos autoritário e reformista (Leite, 2008). No começo dos anos 80 a pauta dos direitos humanos na área de segurança pública foi incorporada a agenda política da segurança no Rio de Janeiro, especialmente no mandato do governador Leonel Brizola, do PDT. A sua principal proposta se concentrava no combate à violência policial contra moradores de favelas através de ações de remodelação e a modernização das instituições policiais e a adoção por parte delas de estratégias que fossem pautadas pelo respeito aos direitos dos cidadãos independentemente da classe social a que pertencessem. A opção por uma ação de caráter político-ideológico e de defesa dos direitos humanos foi colocada pela opinião pública como a causa do aumento da criminalidade durante os anos 80 (SENTO-SÉ, 1998).

Paradoxalmente, na metade da primeira década dos anos 90, no Rio de Janeiro surgiu o movimento de apoio ao estabelecimento da lei e da ordem, inspirado em uma concepção militarizada de segurança que se concretizou através de ações repressivas nas áreas de favela da cidade e que tornou-se pública através da chamada “gratificação faroeste”. Premiação esta que condecorava policiais por atos de bravura e a gratificação pelo mérito de

³⁴ Como sinaliza Alves (2003) ao longo da década de 70 e 80 a Baixada Fluminense recebeu grande destaque nos meios de comunicação, no que se refere a violência que nela se processava, mas na década de 90 essa primazia passaria para o Rio de Janeiro. O título de lugar “mais violento do mundo mudaria de mãos e a cidade do Rio de Janeiro passa a ocupar enorme centralidade no debate sobre violência urbana no país. O mesmo autor busca analisar como a formação histórica da Baixada Fluminense está implicada em um processo em que as relações entre violência, o poder local e as esferas “supra-locais” de poder terminaram por possibilitar a utilização dessa violência como estratégia de consolidação dos grupos políticos e econômicos que controlam o poder local, sobretudo a esfera do Estado.

participar de grandes operações policiais, que invariavelmente tinham como consequência a morte de supostos criminosos. No período de 1995 até 1997, esta política promoveu o acobertamento dos crimes cometidos por agentes do Estado. Desse processo de retomada da concepção militarizada merece destaque as Operações Rio I e II, ocorridas no final de 1994 e início de 1995, e que consistiram na utilização das tropas do exército para o controle de áreas da cidade do Rio de Janeiro, tidas como críticas no que diz respeito a criminalidade violenta ou que estivessem submetidas ao comando de narcotraficantes. Todavia, vale ressaltar que as favelas foram os principais alvos dessas operações, sendo a sua população submetida a procedimentos de revista, controle e vigilância por órgãos do Estado.

O Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais – GPAE foi criado na segunda metade do ano 2000, durante o Mandato de Anthony Garotinho, Governador do Estado do Rio de Janeiro. Na estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a proposta representou um novo modelo de policiamento comunitário empregado em favelas. Na época, tal investida foi tratada como inovadora no Brasil, em virtude do histórico político-social de afastamento do Estado das demandas, anseios e expectativas dos setores populares e, sobretudo, das áreas de favela. Foi idealizado como uma unidade especializada no patrulhamento e na ocupação das favelas cariocas e inspirado nos princípios operacionais daquilo que se convencionou chamar de “policiamento comunitário” ou “policiamento de proximidade”³⁵. As primeiras localidades a receber o GPAE foram o Pavão-Pavãozinho e o Cantagalo, e, posteriormente, mais unidades foram instaladas em outras favelas do Estado do Rio de Janeiro³⁶ (ALBERNAZ; CARUSO; PATRÍCIO, 2006).

Como apontado por (Burgos et al, 2011), a UPP é fruto de um processo histórico mais amplo e para compreendê-la seria preciso fazer um recuo para

³⁵ Entre as décadas de 1980 e 1990, um comandante geral da Polícia Militar em especial, coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, exerceu grande influência e liderança para que a corporação se aproximasse de temas como direitos humanos e policiamento comunitário. Nesse esforço, participou de investimentos de tradução de obras de referência, concepção de projetos estratégicos, realização de seminários, promoção de viagens de intercâmbio e elaboração de manuais de procedimentos para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ (ALBERNAZ; CARUSO; PATRÍCIO, 2006).

³⁶ No total, seis unidades do GPAE foram implantadas no Rio de Janeiro: Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Providência, Formiga/Casa Branca/Chácara do Céu, Morro do Cavalão/Morro do Estado, Vila Cruzeiro, Rio das Pedras.

recuperar as trajetórias das ideias e práticas que constituem e justificam essa experiência. A UPP é, na verdade, filha de uma história de fracassos de experiências de policiamento especializado para favelas. Isto não significa que muitas dessas experiências não contivessem virtudes que mais tarde serão incorporadas ao modelo da UPP. É o caso, por exemplo, do Mutirão pela Paz, forma de policiamento comunitário experimentada entre 1999 e 2000, e que inspirou o Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE), que teve uma curta e pontual carreira³⁷.

Apesar dos diferentes experimentos com relação as políticas públicas na área de segurança, entre 2001 e 2011, mais de 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia no Estado do Rio de Janeiro em casos registrados como “autos de resistência”. Misse (2011) aponta que essas mortes são classificadas separadamente, pela polícia, por se tratarem de mortes com “exclusão de ilicitude”, porque supostamente foram cometidos em legítima defesa ou com objetivo de “vencer a resistência” de suspeitos de crime. Certamente, a alta taxa de letalidade da ação policial está inserida no arranjo institucional que se desenrolou ao longo de décadas, em específico, no âmbito das policiais civil e militar, e no contexto das políticas de segurança do estado do Rio de Janeiro. O número de mortos, presos e feridos nas favelas atingiu cifras impressionantes (CANO, 2003), que superaram regiões do mundo onde ocorriam guerras e processos de conflitos intensos. O ano de 2007, ficaria marcado por uma grande ocupação militar nas favelas do Complexo do Alemão que teve como um dos resultados a Chacina do Pan³⁸. Além disso, 2007 também ficara marcado pelas altas taxas de homicídios cometidos pelas polícias do Rio de Janeiro ao atingir a marca de 1330 pessoas mortas pelas forças de segurança Estado.

³⁷ O Mutirão pela Paz se propunha a articular programas sociais do Estado, da prefeitura e de entidades civis, a partir da combinação com as iniciativas na área de segurança pública. Portanto, segundo Soares (2000, p.83) “o Mutirão” deveria ser não só uma “ocupação policial” (ou seja, uma presença policial constante e não apenas momentânea, como nas “operações policiais”), mas também uma “ocupação social” das favelas, que buscava atender “as principais demandas da sociedade local, através da mobilização de diversas secretarias de Estado, além da contribuição de entidades da sociedade civil. Rocha (2013) descreve de forma minuciosa as controvérsias em torno da implantação do Mutirão pela Paz no Morro do Pereirão, além de trazer questões que fizeram com que a proposta tivesse vida curta.

³⁸ O nome Chacina do Pan é uma alusão aos Jogos Pan-Americanos, realizados no Rio de Janeiro em julho de 2007. A operação no Alemão envolveu cerca de 1.200 policiais, e o descompasso entre o custo humano desse tipo de operação e o seu resultado prático fica evidente quando se considera que, do ponto de vista da lógica policial, o saldo da operação teria sido a apreensão de apenas 14 armas.

Recebida com entusiasmo pela mídia, empresários e por parcela considerável da população, é possível afirmar que o experimento da “pacificação” demarca uma inflexão na política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro, que, até então, havia sido marcada por operações policiais violentas e letais, além de declarações do governador Sérgio Cabral que identificavam a favela como lugar da violência e da criminalidade³⁹.

Em 2008, com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), novamente é retomada a ideia de implantação de um policiamento comunitário fundado no respeito e a garantia dos direitos dos moradores de favela. Embora este “novo modelo de segurança pública” – como foi apresentado pelo Governo do Estado – tenha muitas semelhanças com projetos anteriores como o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) e os Postos Policiais Comunitários (PPC), é possível observar um maior respaldo midiático (Cf. Rocha & Palermo, 2015; Vital, 2015). Esta “nova reformulação” da política de segurança pública se insere no contexto de preparação da cidade do Rio de Janeiro para sediar a Copa do Mundo de 2014 e os jogos olímpicos de 2016, de modo que a seleção das favelas a serem “pacificadas” seguiu critérios de prioridade estratégica, privilegiando as ocupações em regiões turísticas – como a zona sul – ou próximas a centros esportivos – como o entorno do estádio conhecido como Maracanã.

O projeto das UPP’s é apresentado como uma alternativa as operações policiais nas favelas, na medida em que foram apresentadas como uma tentativa de corrigir os erros das ações pautadas puramente em ações repressivas e por representar um esforço no sentido de colocar em prática um modelo de policiamento pautado pela presença contínua das forças de segurança nas favelas. Inicialmente, as UPP’s deveriam contar apenas com policiais recém formados, com o objetivo de não ter em seus quadros agentes “contaminados” pela experiência da “guerra” e do enfretamento armado. Por outro lado, como será discutido ao longo desse trabalho, desde o processo de implantação da política de “pacificação” os moradores das favelas são convocados para

³⁹ Foi no mesmo ano de 2007, em que o então governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, defendeu a legalização do aborto como forma de conter a violência no Estado, além de afirmar que as taxas de fertilidade de mães faveladas são uma “fábrica de produzir marginal”, conforme pode ser conferido no link a seguir <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200701.htm> Acessado em 11/12/2017.

participar de reuniões comunitárias com policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), processo que é desencadeado no período que antecede a implantação das UPP's nas favelas.

2.2 Antecedentes da “pacificação”: a ocupação do Alemão e da Penha

Estávamos ali para a guerra. Não realizaríamos um policiamento, não executaríamos um patrulhamento, não faríamos uma diligência policial. Marcharíamos para o combate! Iríamos à guerra: vive-la, fazê-la, incorporá-la à nossa existência para jamais esquecê-la (...) Eis porque não éramos policiais ali, mas militares prontos para resgatar o território usurpado pelo mal. (Liberdade para o Alemão, Tenente Coronel Mario Sérgio Duarte).

Tendo como ponto de partida os momentos que antecederam a “pacificação” no Complexo do Alemão e da Penha, analiso o livro “Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos”, que trata dos preparativos para a ocupação militar no Complexo do Alemão e da Penha. Escrito pelo ex-Comandante Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, a narrativa do livro é construída com o objetivo de contar ao leitor a reação da PM e de “aliados” aos ataques realizados pela “facção criminosa Comando Vermelho entre os dias 22 e 29 de novembro de 2010”.

Como já foi dito aqui, as favelas do Alemão e da Penha, em especial a Vila Cruzeiro, são historicamente identificadas como os territórios reguladores do crime organizado do Rio de Janeiro. No caso da Vila Cruzeiro, essa marca foi reforçada a partir da forte identificação das forças de segurança do Estado e a imprensa como o lugar em que o jornalista Tim Lopes fora capturado pelo “tráfico” antes de sua execução nas favelas do Alemão. Sendo assim, o imaginário de um policial da área do 16º Batalhão sintetiza a experiência bélica na formação dos agentes de segurança ao mesmo tempo em que reforça a ideia de que a região era um lugar abandonado pelo Estado. De acordo com o discurso oficial, a “pacificação” do Alemão e da Penha representaria o sucesso do Estado na retomada dos territórios marcados pelo abandono e pela guerra.

Todo dia trocava tiro. Segunda a sexta, final de semana também, se eu tivesse escalado. Então todo dia entrava no blindado... Hoje, Vila Cruzeiro. Hoje, Vigário Geral. Hoje, Cidade Alta. Todo dia uma favela diferente. [...] Isso também me deu uma grande experiência, uma grande bagagem de vida. Pô, vivenciei coisas ruins e coisas que eu achava que era produtivo, pô, prendi, pô, baleei, pô apreendi... hoje eu não entendo dessa maneira. Falta de maturidade, né. Você se arrisca muito. Quase morri 3, 4 vezes lá e não é mistério o que eu tô falando aqui, falar... quase morri 3, 4 vezes lá de bala pegar próximo de mim, de ter que socorrer amigos e o tiro na cabeça, enfim, foi uma bagagem muito boa [...]

A gente conseguiu mais, conseguiu mais munição do que o Bope naquele ano. Foi o batalhão que mais conseguiu munição aquele ano, em boletim. Assim, disparado. Primeiro lugar, 16, segundo o Bope. Ai vem todos os batalhões do Rio de Janeiro. A gente recebeu muita munição, munição... Eu saí com três carregadores e duas caixas de munição pra Vila Cruzeiro. E gastava. E vou te falar, e não era tiro ao léu não, era tiro trocado, tu via os caras, os caras viam você... enfim, mais um ponto aí, 2007. Aí tu sai 2007, ai pô, aconteceu invasão no Alemão em 2010 [Entrevista com comandante UPP Complexo da Penha⁴⁰].

Foi um lugar que foi abandonado, esquecido... pelo Estado, pelos órgãos públicos, sempre foi esquecido o Proletário e o Cruzeiro num contexto geral. Porque Vila Cruzeiro e Proletário é a mesma coisa, isso aí até hoje não entendi. E aí você pega lá o histórico policial lá no local. Pô, foi 16, 16º batalhão muito tempo, e aí pô, criminalidade, trocando tiro, tu pega Elias Maluco, tu pega a história do Tim Lopes. Aí tu pega o Bope, o Bope ia lá, botava a bandeira, aí pum, ocupação. Enche de polícia no Cruzeiro. Mas pô, aquele padrão né, guerra. Ai o Bope saía, 16. Aí o Bope ocupou com... Pô, se você pegar o tempo cronológico é isso aí. O Bope ocupou. Ocupou, saiu [Entrevista Comandante UPP Complexo da Penha].

Como veremos a percepção inicial sobre a ocupação militar de novembro de 2010, nas favelas da Penha e do Alemão, mesmo que associadas aos ataques do tráfico pela cidade e ainda que estivesse em curso o processo de implantação das UPPs, não despertaram de imediato a sensação de que a polícia teria chegado para uma longa ocupação, pois não era a primeira vez que a região experimentaria uma grande invasão militar.

Tudo começou por causa daqueles ataques, né, queimaram ônibus. Então começou pegando pelo aquele ataque. Então eu acho que a segurança pública achou que já tava na hora de dar um basta nessa situação, tava na hora mesmo de dar um basta porque machucou muitas pessoas, né, trabalhadores, pessoas que não tinha nada a ver com isso. Então antes que ferisse muito mais pessoas, antes que ferisse muito mais, até a estrutura mesmo, né, da Penha, eles acharam melhor dar um basta nessa situação (Entrevista com moradora do Complexo da Penha⁴¹).

Nesse dia, eu tava meio que na rua, já estava na rua mesmo, tava até com a minha comadre e tal, a gente tava na rua, mas sempre tem um passarinho que falou pra gente “melhor vocês irem”, porque querendo ou não essa ocupação foi meio avisada também. Não sei como, não sei porque, mas, aí olha, eu tava com a minha comadre, a gente tava com um grupo de amigas. Então a gente tava na rua, eu falei tá acontecendo alguma coisa, porque quem mora na comunidade logo percebe quando tá pra acontecer alguma coisa, porque há mudanças. Pessoas que você tá acostumada a andar, ver toda hora, todo momento, cadê, sumiu? O que que tá acontecendo? Aí eu falei comadre, tá acontecendo alguma coisa, se não tá acontecendo vai acontecer, aí ela “ah, vamos pra casa aí nesse meio tempo, minha mãe ligou olha, tá começando um tiroteio, tá acontecendo

⁴⁰ Os policiais das UPP's entrevistados serão identificados pela função ou patente institucional, considerando que esta inserção na corporação condiciona o papel desempenhado nas favelas.

⁴¹ Os moradores, policiais e lideranças comunitárias não serão identificados, com o objetivo de garantir o anonimato por motivos de segurança e porque sempre ressaltar durante as entrevistas que a identificação individual seria preservada. Sobretudo, vale ressaltar que o meu interesse em trazer essas entrevistas para o texto tem a finalidade de contrastar as diferentes perspectivas sobre o processo de “pacificação”.

alguma coisa lá pro lado da Vila Cruzeiro e tá chegando na Caixa D'água” aí eu falei “vambora” e aí foi quando estávamos em casa que a gente começou a ver pela televisão (Entrevista com moradora do Complexo da Penha).

Ninguém sabia exatamente o que que era. Começou o boato “ah, tá entrando muita polícia” “ah, tá tendo invasão de outra facção” “ah, acho que é a polícia que tá entrando”. Era aquele boato, mas ninguém sabia o certo, certo. Então automaticamente, como ninguém sabe, né, todo mundo foi direto pra casa. Vamo ficar quieto em casa que é bem mais seguro, bem melhor. Então eu tava com os meus colegas, que a gente tava fazendo umas abordagens dos moradores que moram no Morro da Fé, por causa das Mulheres da Paz e nesse meio tempo ela... a gente, bom, vamo ficar todo mundo aqui, chegando mais perto do Sereno, já tamos mais perto, então vamos voltar pra casa (Entrevista com moradora do Complexo da Penha).

De acordo com o livro do Ex-Comandante Geral da PM, os ataques do tráfico de drogas pela cidade teriam fomentado o sentimento de união nacional contra a estrutura do tráfico de drogas, o que permitiu que o Estado reunisse as forças necessárias para aplicar-lhes um golpe fatal. Dividido em forma de diário, o livro de Mario Sérgio Duarte⁴², traz à tona os “bastidores” dos sete dias que antecederam a “Campanha do Alemão”, definida como se fosse exatamente o mesmo que se dera a Euclides da Cunha observar, vide a passagem de Os sertões citada pelo comandante geral da PM.

Toda aquela campanha seria inútil e bárbaro se não se aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda, tenaz, contínua e persistente, visando trazer para nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários (CUNHA, 1975, p. 405 Apud Duarte 2012, p. 141).

Mario Sérgio Duarte, afirma que “ao usurpar o território do mal” a “Campanha do Alemão” faria com que “os cidadãos legítimos pudessem reorganizar os costumes”, de modo a “restabelecer a liberdade ultrajada” destruindo a “subcultura do ódio e a dominação das facções que se espriava pelo Brasil”. A organização retórica do militar da PM atesta as associações, imagens e vocabulários que atravessam as representações sobre a evolução do espaço social da favela. Através de uma retórica bélico e militar, Mario Sérgio Duarte reforça o mito de canudos ao acionar um tradicional arquétipo em torno do espaço social da favela, cujo mundo emerge na paisagem carioca na contramão da ordem urbana e social (cf. VALLADARES, 2005).

⁴² À época, o oficial acumulava o cargo de Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Interessante notar que a narrativa empregada no livro do ex-Comandante Geral da PM sintetiza as diferentes tensões e expectativas que envolvem as relações entre lideranças comunitárias, os moradores de favelas e os próprios policiais implicados na proposta da política de “pacificação”. Se por um lado, o Coronel Mário Sérgio Duarte apresenta a ocupação dos dois conjuntos de favelas como uma operação de guerra, por outro observo que uma das principais expectativas expressadas pelas lideranças comunitárias dizem respeito a “chegada” de serviços públicos, conforme a fala de um presidente de Associação de Moradores da Penha:

O nosso grande desafio é que o prefeito assuma a palavra dele. Faça nossas obras. Principalmente as encostas (...) Se começar a chover e ficar prometendo, vai acontecer muita desgraça. Fazer antes pra depois ninguém chorar, né. Mas infelizmente é isso aí. Não tão pensando na gente. A comunidade precisa de obra. Vai na zona sul tem obra, vai na cidade tem obra, mas a comunidade em si... Roda o Complexo da Penha todinho e tu não vê uma obra. Não tem obra (Presidente Associação de Moradores da Penha)⁴³.

A narrativa bélica e militarizada vai de encontro às expectativas dos moradores, que por vezes relacionam a brutalidade da polícia à falta de preparo. Ao mesmo tempo, a partir da fala dos moradores, há uma tensão latente com relação a presença da polícia sobretudo no que diz respeito a gestão da vida cotidiana na comunidade, conforme o relato a seguir.

O que eles querem implantar é bom. Só que eles colocam pessoas muito despreparadas. Eu sei que, lógico, são pessoas que não moram em comunidades, não pertencem a comunidade, tão vindo pra uma terra diferente. Isso é óbvio, todo mundo fica com medo. Porque antigamente tinha uma fama, aquela fama tanto é a gente não sabe quem é quem, não conhece ninguém [...] Porque ele já chega com violência, chega com brutalidade, aí se tiver uma reunião, já chega já com... as vezes são reuniões de moradores, teve um episódio que aconteceu há pouco tempo, quando tava tendo jogo, que tinha um bar, lá em cima, no alto do morro, lá no Sereno, lá perto de uma quadra que nós temos lá, em que a menina se mudou lá pra cima devido à casa dela tá fazendo em baixo, então a neta dela tinha um cômodozinho, então ela botou um bar. Ela botou um barzinho, porque ela fica mesmo sozinha, ela botou um bar. Ai eles tavam vendo o jogo, aquela coisa do já chegar com violência. Eu não sei, até mesmo o morador pode ter falado “ah, a gente não vai levantar porque a gente tá aqui assistindo o jogo” e tal, mas também tudo vai da forma que você aborda e da forma que você recebe. Né? Da forma que você chega a pessoa e da forma que você vai ser recebido pela pessoa. Aí bateu nas meninas, bateu nos garotos, ai vieram até aqui no parque, também foram maltratados, aquelas coisas todas. Eu falo “gente, quando tiver reunião comunitária, chega nela e fala. Vocês tem que ter voz” “ah, mas a gente vai falar, depois ninguém vai ficar aqui, a gente vai sofrer represália” então tem toda essa questão (Entrevista com morador do Complexo da Penha).

⁴³ Neste caso a identificação genérica da pessoa entrevistada como morador é uma forma que escolhi de identificação para estes casos com o objetivo de preservar a identidade pessoal, haja visto a segurança pessoal.

O processo de ocupação militar de 2010 se concretizou como um evento marcante para a vida dos moradores das favelas da Penha e do Alemão, na medida em que não é incomum o relato detalhado sobre o dia da ocupação. Assim como Menezes (2015) chama atenção quando trata da implantação da primeira UPP no Morro Santa Marta, é interessante notar que não havia uma interpretação comum sobre o significado, naquele momento, da entrada da polícia nas favelas da Penha e do Alemão, ainda que se trate de um estágio mais avançado de desenvolvimento da política de “pacificação”. Não havia informações oficiais sobre o que exatamente estava ocorrendo e o que aconteceria com a “invasão” do enorme aparato militar das forças armadas, da Polícia Civil e Militar, o que acaba por reforçar como o programa foi sendo implantado de forma experimental.

A ocupação militar do Complexo do Alemão e da Penha aconteceu no ano em que o programa de pacificação passou por uma significativa ampliação de escala e abrangência. Diversas favelas foram ocupadas num curto período de tempo, com a instalação de múltiplas UPP's a partir da ocupação de aglomerados (ou complexos) de favelas. A ocupação do Alemão e da Penha foi um momento de entusiasmo da opinião pública com relação ao programa de “pacificação”, seja pela força militar empregada ou pela mediação favorável ao projeto. O aparente êxito inicial do programa de “pacificação”, e em resposta a crescentes demandas pela “entrada” do Estado nas favelas para além da presença da polícia, é lançado, em agosto de 2010, o programa UPP Social, cuja missão seria produzir informações detalhadas sobre cada área de UPP, de modo a subsidiar a implantação de ações sociais e fortalecer canais de diálogo entre moradores, lideranças e gestores públicos. A criação de um braço social sob a égide do programa policial, confirmara a contradição que vem permeando o próprio processo de consolidação das favelas cariocas, que articula a ampliação do acesso a direitos não tanto à cidadania de seus moradores, mas a necessidade conter a ameaça que esses territórios representariam para o conjunto da cidade (Burgos et al, 2012). A rotulação da UPP Social à agenda de ações elaborada para seguir à ocupação policial é apontada como a evidência desse papel subordinado ocupado pelo programa. Na seção que segue, descrevo aspectos que considero fundamentais sobre a gênese da UPP Social, sua organização e algumas das tensões em torno do desenvolvimento do

programa, marcado, dentre outras coisas, por subordinar o trabalho social à agenda policial.

2.3 A gênese da UPP Social

O programa UPP Social foi criado no âmbito da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro (SEASDH) com a finalidade de contribuir com a consolidação do processo de pacificação das áreas contempladas pelo “experimento” da UPP. Posteriormente, em junho de 2011, a equipe responsável pela elaboração da proposta e o próprio programa UPP Social foram transferidos para o Instituto Pereira Passos (IPP), autarquia da prefeitura do Rio de Janeiro, que passou a coordenar as ações do programa em parceria com a ONU/Habitat. Ricardo Henriques presidiu o IPP até julho de 2012, ocasião em que houve a substituição do cargo pela também economista Eduarda La Rocque. Em agosto de 2014, o programa UPP Social passou a se chamar Rio+Social, em um evento na favela da Rocinha com a presença do prefeito Eduardo Paes, conforme destacado em matéria do Jornal O Dia⁴⁴.

Dentre o conjunto de atores que formaram o grupo para a elaboração da proposta do programa UPP Social destaca-se a liderança assumida pelo economista Ricardo Henriques⁴⁵. Segundo o documento publicado por Ramos & Henriques (2011, p.03), o programa tinha como objetivo principal “a consolidação do controle territorial e a pacificação nas áreas das Unidades de Polícia Pacificadora”, e não seria um “programa geral de combate à pobreza e às desigualdades”. De acordo com a proposta apresentada a UPP Social teria sido desenhada para atuar de forma alinhada e integrada com os principais objetivos da polícia. Em linhas gerais, o programa visava dar sustentabilidade ao processo de pacificação, a promoção da cidadania e o desenvolvimento socioeconômico nas áreas [com UPP] e contribuir para a construção de uma cidade integrada. Em uma outra entrevista publicada no caderno de comunicação do ISER o economista Ricardo Henriques trata dos três pilares sobre os quais o programa UPP Social deveria focar suas ações: 1) Estado democrático e cidadania; 2)

⁴⁴ <https://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-09/paes-rebatiza-acao-social-em-upps-para-superar-estigma.html> Acessado em 09/03/2018

⁴⁵ Cf. <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4849123> Acessado em 26/10/2015⁴⁵.

política de desenvolvimento urbano e; 3) desenvolvimento social. O programa foi criado a partir de uma parceria entre a prefeitura do Rio de Janeiro e a ONU/Habitat - Brasil, e está submetido à presidência do IPP. Dividia-se internamente em três gerências: Gestão Territorial (GT), Gestão Institucional (GI) e Gestão de Informações (Ginfo), além disso contava com o setor de “Mobilização e Parceria” (MP), que eram coordenadas por um diretor geral hierarquicamente abaixo da presidência.

A estruturação da UPP Social evidenciava que o programa não foi constituído como executor direto de políticas públicas, mas, em uma instância que se propunha a articular as ações do poder público em nível Municipal, e até mesmo na esfera Estadual e Federal, bem como da iniciativa privada. Vale ressaltar, que em geral era disseminado entre os consultores do programa a ideia de que as agências do poder público sempre estiveram presentes nas favelas através da atuação setorial de diversos gestores, como diretores de escolas e creches, das unidades de saúde, companhias de iluminação pública Municipal e Estadual, limpeza urbana, etc. Todavia, a prestação e a qualidade dos serviços públicos prestados nessas áreas seriam marcados pela fragmentação, a sobreposição, a descontinuidade e, sobretudo, pela baixa qualidade quando contrastado com o conjunto da cidade.

A estrutura do programa apresentava uma proposta de atuação em áreas específicas da cidade a partir de um modelo de atuação que tinha por objetivo integrar e coordenar ações, identificando demandas e as conectando a ofertas de serviços e bens públicos, oferecidos através das iniciativas do Estado, da iniciativa privada e por organizações da sociedade⁴⁶. Desta maneira, a equipe de gestão da informação tinha a incumbência de sistematizar dados e informações, mapas e os serviços públicos relativos a cada território, e a gestão institucional buscava realizar um trabalho de interlocução setorial com as secretarias municipais com o objetivo de encaminhar as demandas coletadas no

⁴⁶ Ricardo Henriques apontava que o programa UPP Social tinha um caráter transitório e o objetivo era o de integrar os territórios onde atuava [através da qualificação dos serviços públicos] ao conjunto da cidade. Assim, teria sido concebido com o objetivo de se encerrar na medida em que: “a pacificação esteja consolidada e a situação de exceção que caracteriza o território tenha sido superada. Em outras palavras, o “alvo” final que se pretende atingir é que uma favela estará pronta para funcionar como qualquer outro bairro da cidade - mesmo que um bairro mais pobre que seu entorno - quando a redução do efetivo policial não resultar na volta de gangues armadas que vão controlar a vida da coletividade” (RAMOS & HENRIQUES, 2011). Isso pode ir para o texto, na seção 2.3

campo, assim como procurava buscar consensos resolutivos em torno da atuação do poder público nos territórios. As equipes de gestão territorial tinham a responsabilidade pela gestão do programa em uma determinada área de UPP, através do contato direto e contínuo com os representantes das instituições atuantes no território.

2.4 Entre mapas e demandas

Integrei a primeira equipe do programa UPP Social atuante no Complexo da Penha. Com isso, quero dizer que participei do trabalho que consiste na realização das primeiras caminhadas no campo em busca de contatos junto às instituições locais, elaborei relatórios, levantamentos de espaços de esporte e lazer, fiz o trabalho de conferência dos georeferenciamento dos equipamentos públicos locais, identificação de instituições religiosas, dentre outras tarefas que se dividem entre a permanência no campo e as atividades de escritório. É no ambiente do escritório que as equipes de campo trabalhavam a análise de dados e a produção de informações construídas a partir da inserção no cotidiano das favelas. Era uma base de informações⁴⁷ construída no âmbito do Instituto Pereira Passos utilizada para subsidiar o registro e o acompanhamento das atividades desenvolvidas no programa. O trabalho das equipes de campo também consistia em realizar mapeamentos, como é o caso do mapeamento de logradouros⁴⁸ e o Mapa Rápido Participativo (MRP), um instrumento através do qual as equipes visam analisar uma dada área com o objetivo de tornar visíveis as diferenças internas de cada território com UPP. Através de indicadores relacionados a prestação de serviços públicos, condições de habitação e urbanísticas, o MRP

⁴⁷ As equipes de gestão territorial tinham a incumbência de alimentar uma plataforma web em que as agendas desenvolvidas seriam relatadas através do registro em um *diário de campo*, a agenda de trabalho possibilitaria que o trabalho das equipes fosse monitorado, dentre outras ferramentas de análise e gestão foram sendo trabalhadas ao longo do programa.

⁴⁸ Em 2012, a ONG Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré) publicou o “Guia de ruas da Maré, que contém o primeiro guia de ruas de favela, mapas, ruas e o Código de Endereçamento Postal (CEP), além de um pequeno histórico das favelas da Maré. Tal experiência subsidiou a formulação do mapeamento de logradouros levado para o IPP. Tanto o mapeamento de logradouros quanto a realização do MRP envolviam, por parte das equipes de campo, um trabalho exaustivo de caminhada pelas ruas, becos e vielas das favelas com o objetivo de delimitar os “contornos” e a cartografia urbanística que caracterizam a organização do espaço público das favelas. Quanto ao mapeamento de logradouros vale destacar que se tratava de um esforço que visava o reconhecimento oficial da malha urbana da favela no mapa do conjunto da cidade pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

buscava mensurar as nuances existentes nos territórios e realizar um contraste entre eles.

Naquele momento, em paralelo ao trabalho de identificação de atores e instituições locais e da elaboração de uma lista de contatos, o levantamento de demandas figurava dentre as nossas principais atividades e eram basicamente classificadas como prioritárias e intervenções simbólicas⁴⁹. E, em seus vários momentos, buscou-se estabelecer um alinhamento entre as demandas prioritárias com as respectivas secretarias. Quanto às intervenções simbólicas, o objetivo central seria a identificação de um equipamento ou espaço público de importante significado para o território que pudesse sofrer uma intervenção de restauração ou recuperação⁵⁰.

A demanda é o resultado de um esforço que combina pesquisas e diagnósticos baseados em dados já existentes e levantamentos desenvolvidos por técnicos no território, com uma escuta sistemática dos líderes locais (associações de moradores e comitês locais), dos gestores públicos que atuam no território (professoras, pessoal de saúde, agentes de cultura, esporte etc.) e dos atores externos que ofertam serviços e projetos (ONGs, grupos religiosos etc.) (...) a formulação das demandas exige a adoção de mecanismos de escuta permanente e canais de interlocução direta com moradores, empreendedores, gestores públicos e organizações comunitárias nas áreas beneficiadas; mapeamento das demandas setoriais identificadas por órgãos públicos diversos; produção de estudos e diagnósticos específicos sobre cada área (RAMOS & HENRIQUES, 2011).

Nesse sentido, para o principal mentor do programa UPP Social, Ricardo Henriques, a alegoria da cidade partida⁵¹ decorria do fato de que a política pública também é partida, sendo os mecanismos de participação comunitária da UPP Social o antídoto para a superação dessa problemática. Sendo assim, a utopia da integração da cidade partida teria que ser permeada, por um lado, pela análise de dados e a construção de informações sobre as áreas de favela e, por outro, pela qualificação da oferta dos serviços públicos em que o território passaria a ocupar maior centralidade na medida que os seus moradores e

⁴⁹ A orientação e a priorização em torno do levantamento de demandas acabavam sofrendo uma série de modificações ao longo da existência do programa, principalmente devido as dificuldades de retorno por parte das secretarias.

⁵⁰ A identificação da necessidade de uma intervenção simbólica pode variar de acordo com a área de favela de atuação do programa e do próprio olhar da equipe. Por exemplo: podia ser direcionada para a recuperação de uma escola, de uma praça, a ressignificação de um espaço antes dominado pelo tráfico de drogas, a recuperação de uma via considerada importante para a comunidade e até mesmo a alteração pontual do roteiro ou de um ponto de ônibus.

⁵¹ A metáfora da cidade partida passou a ser amplamente difundida a partir da década de 90. De acordo com essa concepção a cidade do Rio de Janeiro seria marcada por uma divisão socioespacial entre o morro e o asfalto.

lideranças se envolvessem e participassem da implementação das políticas públicas nas áreas de favela⁵².

O “Vamos Combinar”, que vinha acompanhado da expressão “diálogo com resultados”, resume com bastante eficácia a tentativa do programa de se consolidar enquanto intermediador entre as diferentes secretarias do poder público municipal, bem como em mediar a relação entre lideranças comunitárias e funcionários da prefeitura. A ideia do “Vamos Combinar” e a expressão “diálogo com resultados” eram vendidas pela coordenação do programa com o objetivo de tentar pactuar em torno da UPP Social a atuação da prefeitura nas áreas de favela. As expressões soavam como um adágio nas falas do principal formulador do programa e eram acompanhadas pela ideia de que as intervenções dos serviços públicos deveriam passar pela discussão e a interlocução com os moradores das áreas para as quais a “oferta” seria direcionada. A concepção inicial era de que o “Vamos Combinar” deveria se distanciar totalmente dos “pacotes prontos”, necessariamente por meio do envolvimento dos moradores das favelas nas diferentes etapas do planejamento, elaboração e implantação de projetos os quais teriam aquela população como público alvo da ação pública⁵³. Para tanto, os agentes da UPP Social teriam um papel fundamental na regulação da participação e atuação dos moradores de favelas na gestão do descarte e da limpeza urbana. De acordo com a proposta do programa, a participação dos moradores e lideranças comunitárias no planejamento e até mesmo em cursos sobre a gestão do lixo possibilitaria aos moradores um maior conhecimento sobre os desafios da limpeza urbana nas favelas. Em teoria, o “Vamos Combinar uma Comunidade Mais Limpa”, significaria a aquisição de

⁵² Há uma interessante entrevista de Ricardo Henriques em que os principais objetivos do programa são apresentados. Cf. RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. As unidades de polícia pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro. IN: Cadernos do ISER. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

⁵³ A ideia do “Vamos Combinar uma Comunidade Mais Limpa” foi experimentada em algumas favelas com UPP. Arrisco afirmar de que o exemplo mais consistente do experimento foi desencadeado no Morro do Borel, onde aconteceu as primeiras mobilizações em torno da ideia, da elaboração e da execução do projeto. A concepção do “Vamos Combinar” vislumbrava a construção de pactos de gestão entre a Comlurb e a UPP Social, que a partir da combinação entre os diferentes agentes públicos e moradores de favela se chegaria a uma logística mais adequada para a limpeza urbana (com horários de coleta de resíduos, pontos de descarte e o curso de “Multiplicadores do Cuidado com o Ambiente”, que foi ministrado em algumas áreas por equipes da Secretária de Meio Ambiente). Cf. <http://cvasrio.blogspot.com.br/2013/03/educacao-ambiental-no-morro-dos-macacos.html>
Acessado em 25/03/2015

novos equipamentos de coleta de lixo adequados a geografia das favelas e implicaria a reorganização da logística de coleta de lixo nessas áreas. Vistorias em parceria com moradores e lideranças deveriam ser feitas para que se buscasse os locais onde os moradores deveriam descartar o seu lixo, um novo plano de limpeza seria implementado nas favelas. Após o processo de reorganização da limpeza urbana e da realização do curso de conscientização ambiental uma comissão de moradores seria montada para promover a gestão continuada da nova logística de limpeza urbana, com a participação de moradores e a mediação dos agentes da UPP Social.

Conforme destacado por Rocha (2014), a realização dos diagnósticos sobre as favelas, a realização de fóruns e outros espaços correlatos de reuniões públicas no contexto da “pacificação” com agentes estatais e não-estatais, funcionam como mecanismos de gestão das populações e dos territórios de favela. Nesse sentido, enquanto um programa vinculado ao processo de “pacificação”, a UPP Social se inscreve em um modelo de gestão estatal em que a regulação e o controle do poder público busca ser legitimado através da participação dos moradores nos espaços de reunião puxadas pelo Estado.

Se, por um lado, eu aciono a experiência da UPP Social como um caso bom para pensar as técnicas de gestão e controle do Estado sobre o cotidiano das favelas, por outro lado, na seção seguinte apresento como a gestão da proximidade é colocada em prática no contexto de implementação da política de pacificação. A partir da descrição de duas situações apresento como a normalização da vida social nas favelas é colocada em prática ao longo do processo de “pacificação”, considerando dois eventos que considero expressivos para pensar o controle estatal sobre os territórios de favela.

3 A “PROXIMIDADE” E A “PARTICIPAÇÃO” EM FAVELAS COM UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa fui confrontado por diferentes situações sociais, que me parecem úteis para pensar as dinâmicas locais de mediação entre moradores e agentes do poder público no contexto da política de “pacificação”. Conforme descrito nas seções anteriores, foi a minha inserção ambigua no campo – enquanto gestor local da UPP Social e pesquisador - que me permitiu observar os valores colocados em prática nos eventos implicados no contexto da “pacificação”. Assim como Gluckman (1987) denomino os eventos descritos nessa seção como situações sociais, e buscarei analisá-los em contraste com um conjunto de relações experimentadas durante o processo de “pacificação”. A partir da descrição dessas situações sociais e de suas inter-relações etnográficas discuto como as noções de participação política e de proximidade no contexto da “pacificação” são apreendidas contextualmente nos eventos que tomarei como objeto de análise⁵⁴.

A análise de situações sociais se consagrou como possibilidade analítica a partir da formação de um grupo de antropólogos em torno da figura de Max Gluckman. A análise de situações sociais na Zuzulândia Moderna feita por Gluckman (1987) deixa de ser meros exemplos para ocupar centralidade em sua obra. Para Gluckman, as situações sociais permitem que o contexto mais amplo seja tomado analiticamente, bem como as relações entre os grupos, os valores e motivos contraditórios que os levam a participar dos diferentes eventos.

Quando se estuda um evento como parte do campo da sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social. Portanto, uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma

⁵⁴ Antes de abordar os eventos em questão, faço uma descrição com algumas características da geografia social das favelas onde realizei a pesquisa de campo. Essa descrição se faz necessária uma vez que as representações estereotipadas a respeito das favelas vem sendo objeto de uma série de críticas relativamente recentes, com destaque para aquelas empreendidas no trabalho de Licia Valladares. Em seu trabalho, a autora argumenta (através de dados empíricos – quantitativos e qualitativos) que as favelas estão longe de serem constituídas por um conjunto genérico de territórios homogêneos, cuja particularidade seria caracterizada pela pobreza, pela precariedade e pela ilegalidade. Outra percepção equivocada combatida pela autora, e ainda muito difundida, é de que há uma total ausência do Estado e das instituições públicas (leis, polícia, municipalidade etc). As investigações acadêmicas sob a chancela dos “estudos urbanos”, só fazem – invariavelmente – reforçar aquele conjunto genérico de representações estereotipadas acerca das favelas, sendo que essa validade passa a ser colocada em xeque na medida em que a favela corresponde hoje a uma realidade diversa do fenômeno presente em sua constituição histórica (VALLADARES, 2005).

comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões (GLUCKMAN, 1987, p. 238).

Procuro por meio dos discursos e dos gestos compreender as motivações, os sentidos, os conflitos, as tensões, performances e dramas que permeiam a participação política e a relação de proximidade entre moradores de favelas e policiais, considerando que essa descrição está sendo balizada pela escolha deliberada de eventos particulares observados durante o trabalho de campo. Foi por meio da minha inserção nesses eventos que algumas perguntas foram sendo formuladas ao longo do desenvolvimento do trabalho de campo e da pesquisa. Os eventos de participação política inventados durante o processo de “pacificação” refletem os conflitos e tensões implícitos nas relações entre policiais e os moradores de favelas, como é o caso das reuniões comunitárias realizadas pelo BOPE. Dessa forma, fui buscando identificar como essas situações sociais eram apreendidas pelos diferentes agentes envolvidos nos eventos, seus sentidos e as consequências mais dramáticas para a vida social dos moradores de favela.

3.1 O Morro dos Macacos

O Complexo do Morro dos Macacos ocupa uma área total de 371,615 m², com uma população de 19.079 habitantes e 5.429 domicílios, e é abrangido pela UPP Macacos⁵⁵. As informações sociais e demográficas referentes ao Parque Vila Isabel incluem os dados do Morro do Pau da Bandeira, assim como as informações referentes ao Morro dos Macacos incluem o Alto Simão. A região conhecida genericamente como Morro dos Macacos abrange quatro favelas – Parque Vila Isabel, Morro dos Macacos, Morro do Pau da Bandeira e Alto Simão - situadas no Bairro Vila Isabel, Zona Norte do Rio de Janeiro. E contam ainda com três associações de moradores. O Alto Simão é um condomínio de habitação popular, situado numa região alta do Morro, relativamente isolado das demais e com maiores dificuldades de acessibilidade devido a ausência de transporte público. A denominação de “Complexo do Morro dos Macacos” passou a ser usada após a instalação da UPP e é utilizada com frequência por

⁵⁵<http://www.riomaisocial.org/wp-content/uploads/2014/09/1-Panorama-dos-Territ%C3%B3rios-UPPs-Complexo-da-Penha.pdf> Acesso em 01/06/2014

representantes do poder público municipal e estadual, mas a nomeação não foi apropriada plenamente e poucos são os moradores que a utilizam, e em sua maioria nomeiam as localidades da região com classificações anteriores a ocupação militar e a instalação da UPP. Sendo assim, através de conversas e devido a minha própria circulação no local passei a identificar um número expressivo de pequenas localidades internas que são enunciadas constantemente, conforme o contexto, as quais os moradores declaram seu pertencimento. Além disso, é possível afirmar que os moradores dispõem de um complexo escopo de classificações em torno dessas pequenas localidades, o que empiricamente revela hierarquizações e uma enorme diversidade social, física e até mesmo com relação a prestação e oferta de serviços públicos.

Os moradores do Alto Simão ou do Pantanal, como é conhecido, classificam suas localidades de acordo com os blocos dos prédios: Vila Verde, Vila Amarela, Vila Azul. Ainda há um local chamado de Casas e uma parte conhecida como Anexo, que se trata de área ocupada por casas de estuque, sem rede oficial de esgoto, luz, água e sem coleta regular de lixo. Sem falar das valas de esgoto a céu aberto observadas no local. O Morro dos Macacos fica localizado entre os limites do Alto Simão e da Favela Parque Vila Isabel. Têm como principal acesso o Caminho Central, por onde é possível acessar grande parte de suas localidades, que são Boca do Meio, Conselheiro Otaviano, Favelinha, Campo do Sadir, Mina, Dona Nêga e Cruzeiro. No Morro do Pau da Bandeira identifiquei mais uma variedade de localidades: Três Caixas e/ou Biquinha, Rua Nova, Portugal Pequeno, Caixa D'Água, Pedreira e Terreirinho, que serve como referência limite com o Morro dos Macacos e a favela Parque Vila Isabel. De maneira geral, o Pau da Bandeira possui melhores condições de pavimentação e urbanização, mas pode ser caracterizado pela ausência de condições para a acessibilidade de veículos e a circulação interna é feita basicamente a pé. Parte considerável da favela conhecida como Parque Vila Isabel faz "fronteira" com o Morro São João, o que tem como consequência uma maior variedade de classificações em torno das localidades⁵⁶. A área conhecida

⁵⁶ Em conversa com os moradores e lideranças locais identifiquei que há uma classificação de localidades da favela Parque Vila Isabel que remete a dois tipos de nomeação: uma conforme exposta acima e outra que tem como referencial simbólico o histórico de guerra entre os traficantes locais e da facção rival do Morro São João. Assim, algumas das localidades podem ser identificadas da seguinte maneira: Beirute, Iraque, Bagdá.

como Noel Rosa é uma localidade e uma importante rua de acesso à parte alta da favela. Temos ainda o Lote, Jardim, Bananal, Cabeludo e o Poço do Urubu.

3.2 O Complexo da Penha

Após a substituição das tropas do exército, em 2012, foram instaladas quatro UPP's no Complexo da Penha: a UPP Vila Cruzeiro, UPP Fé/Sereno, UPP Parque Proletário da Penha e UPP Chatuba. O Complexo da Penha ocupa uma área total de 1.200.594 m², com uma população de 48.559 habitantes e 13.060 domicílios⁵⁷. Com a implantação das UPP's, observamos uma certa tentativa de homogeneização quanto as representações nominais dos territórios de favela, mas como já foi mencionado, muitos moradores utilizam outras definições para se referir ao local de moradia, trabalho e lazer etc. Na Penha, em geral, não é incomum escutarmos a referência a família PH. Para além da definição oficial, é possível identificar uma enorme variedade com relação a localização das “comunidades” e pequenas localidades das favelas. O que oficialmente é chamado de Morro do Cariri também é conhecido como Merendiba ou Quatro Bicas. Trata-se da área que fica localizada aos “pés” da Igreja da Penha, erguida no alto de uma pedra. A Merendiba e o Morro das Quatro Bicas nunca receberam grandes obras de infraestrutura urbana, o que pode ser observado a partir das condições de pavimentação, rede de drenagem das chuvas e esgoto. O Parque Proletário da Penha concentra ainda localidades como Sem Terra, Vacaria e a Esquina do Pecado. Trata-se do local com maior densidade populacional e, certamente, outras localidades são utilizadas como referência. A área da Vacaria fica localizada no limite com a Serra da Misericórdia⁵⁸ e de uma pedreira. Em 2012 foi iniciada as as obras do Morar Carioca⁵⁹. Não é raro locais do Parque Proletário da Penha serem chamados de Vila Cruzeiro, favela localizada ao

⁵⁷ <http://www.riomaissocial.org/wp-content/uploads/2014/09/1-Panorama-dos-Territ%C3%B3rios-UPPs-Complexo-da-Penha.pdf> Acessado em 01/06/2014

⁵⁸ A Serra da Misericórdia abrange cerca de 27 bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro, conforme informações obtidas no link: <http://suburbiosdorio.blogspot.com.br/2012/10/a-serra-da-misericordia.html> Acessado em 01/06/2014

⁵⁹ O Programa Morar Carioca tem como foco obras de intervenção urbanística e habitacionais para as áreas de favela. Segundo Henriques (2013), o programa inscreve-se na linhagem de seus antecessores programa de urbanização, como é o caso do Favela-Bairro, Bairro e o Programa de Reestruturação do Crescimento (PAC e PAC Social). É apresentado ainda como um programa que tem como meta de cobertura a integração urbana das favelas ao conjunto da cidade, até 2020.

“lado”. O Campo do Ordem e Progresso, a Estrada São Lucas e a Praça São Lucas são pontos centrais e importantes referências para os moradores das favelas da Penha. Trata-se de locais com grande movimentação de pessoas, circulação de veículos e onde estão localizados muitos comércios. Na Vila Cruzeiro, há muitas valas de esgoto a céu aberto e o calçamento é irregular. Segundo os moradores, o que tem de melhoria foi construído a partir da organização de mutirões, pois não se recordam de ter tido grandes obras de urbanização nesta favela. Saindo dessa parte central acessamos ainda o Morro do Caracol, e o Morro da caixa D’Água, o Parque Proletário do Grotão ou Chatuba, como é mais conhecido o lugar. A Vila Vivaldina e, finalmente o Grotão ou favelinha ficam localizados em áreas de encosta da Serra da Misericórdia. Do outro lado do Morro, ficam localizados o Morro da Paz, o Morro do Sereno e o Morro da Fé, onde outras localidades são utilizadas como referência: sendo a Garganta localizada na parte alta e a parte baixa tem como referência importante a Praça do Poço. A partir dessa pequena descrição física das favelas, não tenho a pretensão de ter esgotado o complexo mapeamento mental das localidades realizadas pelos seus moradores, pois o próprio fato do Complexo da Penha contar com doze associações de moradores já revela a grande diversidade local. Sobretudo, trata-se igualmente de uma variedade de conflitos em que lideranças locais se engajam em torno da conquista de obras de infraestrutura, ações sociais e de recursos materiais e simbólicos. Ao caminhar pelas favelas pude experimentar o olhar no que se refere a diversidade de formas de habitação, padrões construtivos, regras de convivência, de infraestrutura urbana e social, de oferta e acesso a serviços públicos, dentre outras características. Todavia, tal descrição busca apenas ilustrar a heterogeneidade físico e social dos territórios de favelas que tenho como referência empírica para o desenvolvimento da minha dissertação.

Nas seções a seguir, buscarei aprofundar a discussão sobre a gestão da proximidade colocada em prática pelo Estado através das Unidades de Polícia Pacificadora, além de analisar dois casos que considero relevantes para pensar a implementação da política de “pacificação”. Sendo assim, abordo a ocupação realizada pelo Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) e o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) no Complexo da Penha, considerando as reuniões comunitárias realizadas por essas forças policiais do

Estado durante o processo de implantação da política de “pacificação” naquelas favelas. Outro caso que considero significativo para pensar a “pacificação” e que será igualmente analisado se refere a atuação comunitária do comerciante do Morro dos Macacos que ficou conhecido como “o amigo da UPP”, cujo desfecho ficou marcado pelo seu assassinato.

3.3 A gestão da proximidade e da participação política em favelas no contexto da “pacificação”

A partir dos dois contextos de pesquisa apresentados anteriormente, o Morro dos Macacos e o Complexo da Penha, pretendo discutir como, no contexto de “pacificação”, são colocados em prática uma série de mecanismos que visam regular e controlar a população, gerir o cotidiano e a sociabilidade dentro do território, especialmente no que diz respeito a gestão das estratégias da “política de proximidade”. Trata-se de eventos que são enquadrados por meio de mecanismos acionados para justificar e legitimar o controle territorial e, invariavelmente, a violência policial contra estas populações.

O Estado através da polícia e de seus agentes aciona mecanismos de controle que visam a gestão moral da vida e do cotidiano dos moradores, sendo as UPP's um instrumento estatal que busca regular a vida na favela em suas diferentes dimensões, sendo a presença armada a mais visível. A noção de dispositivo, em Foucault (2015, p. 364), refere-se a “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo”, assim como à “rede que pode se estabelecer entre esses elementos” e que “tem uma função estratégica dominante”. Para Foucault, o termo diz respeito as práticas, mecanismos jurídicos e militares que visam produzir e orientar determinados efeitos. Trata-se de uma máquina que visa produzir subjetivações, ou seja uma máquina de governo dos homens. Algo que tenha a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar gestos, condutas e os discursos dos seres vivos (AGAMBEN, 2005, p. 13).

As relações de proximidade eram organizadas a partir do engajamento dos policiais alocados nas UPP's locais, através das reuniões comunitárias organizadas e puxadas pelos comandantes de UPP. Davies (2014), ao analisar o processo de regulamentação das reuniões comunitárias organizadas e puxadas pelos comandantes de UPP, aponta que essas reuniões eram vistas como o lugar propício para a resolução dos problemas da favela, uma vez para os moradores tinham a oportunidade de estar (“cara a cara”) com os agentes do poder público municipal e estadual. Não tenho a pretensão de aprofundar o debate sobre como os “rituais de pacificação” são acionados pelos comandantes de UPP durante a realização e condução das reuniões comunitárias, mas esses espaços são reveladores de como o projeto de “pacificação” buscava mobilizar performances que aproximassem moradores e policiais, com vistas ao atendimento dos interesses do programa.

Outra característica que ganha destaque são as ações sociais⁶⁰ promovidas pelas UPP's, que englobam um conjunto extenso de atividades. Policiais ocupavam papel central na organização de casamentos comunitários, festas de 15 anos, festas de natal, distribuição de doces e brinquedos no dia das crianças e de São Cosme e Damião, distribuição de cestas básicas, articulam e promovem campanhas de limpeza e eventos sociais com a presença de órgãos das áreas de saúde, assistência social e ONG's. Tais eventos me parecem úteis para pensar as dinâmicas locais de mediação estabelecidas entre os policiais e os moradores de favela. Sobretudo, é no contexto desses eventos em que são acionados os valores colocados em prática através das estratégias propostas pelo modelo de polícia de proximidade da “pacificação” e do próprio modelo apresentado pela UPP.

De acordo com essa lógica os mecanismos inventados pelas UPP's, são eventos constituídos com o objetivo de construir uma relação de “proximidade” e “confiança” com os moradores de favela. O engajamento destes, nestes

⁶⁰ Durão (2008, p. 141) destaca que a vocação assistencial da polícia não é uma novidade, enquanto que Monjardet (1996) traz uma interessante questão para reflexão ao afirmar que o trabalho mais ativo dos agentes nas comunidades lembra frequentemente a falta de outros profissionais no ‘terreno’ para encontrar soluções menos provisórias. Sendo assim, os programas podem estar a contribuir para a ilusão de que os serviços e a assistência prestados pelo Estado dispõe de um bom funcionamento, quando na verdade os agentes não podem ir além da oferta de situações temporárias e precárias, isto é, de agir como bombeiros sociais, transformando a atividade numa espécie de “prótese social”.

eventos, é interpretado pelos policiais como uma possibilidade de contribuição ou mesmo participação no processo de consolidação do processo de “pacificação”. Ou seja, um dos sentidos conferidos a ideia de participação política está diretamente relacionada à possibilidade dos moradores se engajarem, através da parceria, com a política de “pacificação”.

Desde a fase de Intervenção tática até a implantação, a retórica bélica e militar perpassa o experimento do programa de “pacificação”, tendo em vista que as ações de cunho militar por meio de grandes operações de ocupação tem o objetivo de “limpar o território” para a instalação das UPP’s⁶¹. Da mesma forma não é trivial o fato de a proposta de uma polícia de proximidade ser especificamente elaborada e dirigida às favelas, não ao conjunto da cidade.

“A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um dos mais importantes programas de segurança pública realizado no Brasil nas últimas décadas. Implantado pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o programa das UPP’s – planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional – foi elaborado com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública⁶²”. [grifos meus]

Durão (2008, p. 139), apesar de abordar a ideia de proximidade em um contexto bastante distinto, em sua etnografia sobre a polícia portuguesa, constata que a ideia de proximidade tem sido apresentada como uma orientação genérica do policiamento de rotina no sentido de ‘promover a segurança’ e a

⁶¹ De acordo com o Decreto nº 44.177 de 26 de abril de 2013 Art. 3º - O programa de pacificação, por meio da implantação de UPP, deverá ser realizado nessas comunidades em quatro etapas: I - INTERVENÇÃO TÁTICA – Primeira etapa, em que são deflagradas ações táticas, preferencialmente pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), pelo Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) e por efetivos deslocados dos CPA, com o objetivo de recuperarem o controle estatal sobre áreas ilegalmente subjugadas por grupos criminosos ostensivamente armados. II - ESTABILIZAÇÃO – Momento em que são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área delimitada, antecedendo o momento de implementação da futura UPP. III - IMPLANTAÇÃO DA UPP – Ocorre quando policiais militares especialmente capacitados para o exercício da polícia de proximidade chegam definitivamente à comunidade contemplada pelo programa de pacificação, preparando-a para a chegada e outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática. Para tanto, a UPP contará com efetivo e condições de trabalho, necessários ao adequado cumprimento de sua missão. IV - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO – Nesse momento, tanto as ações de polícia pacificadora, quanto as de outros atores prestadores de serviços públicos e privados nas comunidades contempladas com UPP passam a ser avaliados sistematicamente.

¹² Em 2012, a PMERJ inaugurou o primeiro Batalhão de Policiamento de Proximidade (BPP) na região do bairro carioca da Tijuca (6ºBPM), considerado pelo Chefe do Estado Maior Administrativo da PM Coronel Robson Rodrigues um modelo a ser implantado na pós pacificação. Todavia, vale ressaltar, que este modelo não foi adotado em outras regiões da cidade do Rio de Janeiro. Cf.

<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?articleid=909386> Acessado em 03/10/2015

⁶² Cf. http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp Acessado em 03/10/2015

melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, idealmente com a participação da comunidade. Afirma ainda que a participação da comunidade na segurança não é facilmente conquistada ou sequer se dá por iniciativa das polícias. Identifica estudos de vários contextos que ainda estão por explorar as várias dimensões do problema, em particular aquele que parece ser a resistência à participação ativa no policiamento. No caso da Polícia portuguesa a proximidade se constitui como mais um serviço que a polícia oferece as populações envolventes da esquadra do que o estabelecimento de uma relação com a comunidade.

A apresentação oficial do site das UPP's favorece uma interpretação hermética do que viria a ser a proposta de polícia de proximidade como estratégia que se diz fundamentada na parceria entre "a população e as instituições da área de Segurança Pública". Na prática, falar em parceria não significa focar somente nos rituais de reciprocidade e seus universos simbólicos, mas sobretudo, destacar que as relações de parceria são meios de sociabilidade, uma vez que nos permite pensar as interações que permeiam as suas conformações. As parcerias associam tanto quanto dissociam pessoas. Ou seja, a ideia de parceria guarda em si uma ambiguidade que tanto pode se interrelacionar por associação-dissociação quanto por separação ou ligação. Ora, permite-nos pensar na dualidade simmeliana da ponte e da porta, que por vezes liga pessoas, por outras impõe obstáculos: elas aproximam e reatam, instituindo novos polos de existência coletiva e, ou mesmo, separam ou excluem. Esta dualidade poderia ser apropriada para pensar a ideia de proximidade.

A ideia de proximidade traz consigo múltiplos sentidos que aparecem nos discursos de policiais: 1) um modelo de policiamento inovador através do desenvolvimento de ações de proximidade, como é o caso da mediação de conflitos, as ações e projetos sociais, ações da Ouvidoria das UPP's, as reuniões comunitárias; 2) um projeto fundado na filosofia em que a polícia tenderia a respeitar os direitos da população residente nas favelas e, por fim; 3) uma tática de policiamento que visa chegar mais próximo de potenciais informantes e ter, por conseguinte, informação privilegiada para reprimir ações criminosas.

A proposta da "pacificação" se constituir em uma polícia de proximidade coloca uma questão fundamental para a construção da hipótese que norteia o meu argumento. A implantação das UPP's é acompanhada pela cobrança de parte da opinião pública para que sejam institucionalizados, pelas agências

estatais, mecanismos e espaços de participação social onde os favelados possam canalizar e encaminhar as suas demandas. Isto porque, por um lado, a participação social nas favelas seria historicamente reprimida pelas próprias agências do Estado que compõem a ordem “institucional legal” (especialmente através das ações “arbitrárias” da polícia) e, por outro, a liberdade de ação dos moradores seria subalterna a uma “ordem violenta” que organiza e orienta os modos de agir e pensar dispostos na “sociabilidade violenta”.

Nesse sentido, é central a ideia proposta por Luiz Antônio Machado da Silva de “violência urbana” como representação da ordem social. A “criminalidade violenta”, por sua vez, é associada ao desenvolvimento das dinâmicas de violência entre traficantes e polícia nas favelas cariocas. Esta modalidade de criminalidade seria qualitativamente distinta da “criminalidade comum” e da “violência em geral”, pois os agentes sociais engajados nesse tipo de criminalidade acionariam um complexo de práticas do qual a força é o dispositivo que coordena o regime das ações. O autor convencionou classificar este tipo de violência como “sociabilidade violenta”. A gramática da “violência urbana” se estrutura a partir do reconhecimento da “sociabilidade violenta” enquanto princípio organizador das relações sociais⁶³.

Violência urbana é uma representação coletiva, uma categoria do entendimento de senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades, bem como orienta instrumental e moralmente os cursos de ação que moradores e moradoras – como indivíduos isolados ou em ações coletivas – consideram mais convenientes nas diversas situações em que atuam (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 33).

Com o objetivo de compreender os sentidos atribuídos à participação social busquei explorar a hipótese de Machado da Silva de que é preciso, dentre outras coisas, estar atento ao modo pelo qual a “violência urbana” articula um conjunto de práticas que orientam as relações sociais, e identificam parte da ordem social da vida urbana no Rio de Janeiro. A violência urbana não se estrutura apenas como um desvio da ordem institucional-legal, mas organiza parte considerável da experiência urbana na cidade do Rio de Janeiro. A partir da leitura de Machado da Silva é possível afirmar que a “violência urbana” é permeada por uma relação de contiguidade entre o conjunto de práticas

⁶³ Machado da Silva, Luis Antônio. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

observadas em duas ordens sociais que coexistem: a “ordem violenta” e a “ordem institucional legal”.

As manifestações de violência que ameaça a rotina da população que vive em favelas resultam da contiguidade territorial dos bandos armados ligados ao comércio de drogas ilegais com a atuação quase sempre violenta da polícia. Tal contiguidade de atuação territorial por parte da polícia e dos traficantes varejistas acaba por despertar uma representação de desconfiança entre as populações que não moram em favelas com relação aos “favelados”.

A vivência em tais circunstâncias gera o que Machado da Silva e Leite (2008) chamam de “vida sob cerco”, isto é, uma experiência de confinamento socioterritorial e político que provoca nos moradores de favelas uma intensa preocupação com manifestações violentas que impedem o prosseguimento de suas rotinas diárias e dificultam a manifestação pública de suas demandas, sejam elas por segurança ou por serviços públicos. Tal experiência é produzida por uma série de “eventos considerados ameaçadores da ordem pública”, em graus e intensidade muito acentuados do que as situações de violência que atinge o conjunto da população da cidade, igualmente afetada por episódios violentos que se repetiam sem cessar” (MACHADO DA SILVA; LEITE; 2008, p. 35). E um dos eventos que mais altera a rotina da população carioca, de um modo geral, e a dos moradores de favelas, em especial, são os tiroteios, conforme Paloma Menezes argumenta ao falar da maior relação de proximidade entre os moradores de favelas e os policiais no contexto que atuam e vivem em áreas com UPP.

Meu argumento é que uma configuração socioterritorial cujo aumento do tensionamento emerge a partir da coabitação e da proximidade espacial permanente entre o tráfico e a polícia nas favelas, acaba gerando lógicas de comportamento baseadas na intensificação do monitoramento do outro e de si. Meu ponto é que se antes, na experiência de “vida sob cerco” anterior à “pacificação”, temia-se sobretudo os tiroteios e as possíveis “balas perdidas”, já agora o medo estaria calcado na antecipação de possíveis contaminações geradas pelo contato ou com o tráfico ou com a polícia. O que chamo de regime de “campo minado” é justamente essa dinâmica, mais psicológica e interiorizada, de evitações, cálculos e cuidados cujo objetivo final é evitar ser visto em situação comprometedor – por exemplo, ser visto junto dos bandidos pelos policiais ou junto dos policiais pelos bandidos. Nesse contexto no qual a continuidade das rotinas tem um menor risco de ser interrompida pela irrupção de tiroteios, a vida dos moradores não se torna por isso, digamos, mais “pacífica” e “tranquila”. As ações violentas potenciais continuam presentes e o esforço da maior parte dos moradores consiste em antecipar e evitar movimentos, contatos e situações que possam sugerir que eles “fecham” com a polícia ou com o tráfico (ou seja, apoiam um dos lados) (MENEZES, 2015, P. 34).

Apresento situações e eventos nos quais os policiais buscam colocar em prática e estabelecer relações de proximidade na favela, especialmente para pensar as estratégias de aproximação e afastamento utilizadas pelos moradores e lideranças comunitárias com relação aos traficantes locais e a própria polícia. Antes de avançar gostaria de ressaltar que esse tipo de proximidade buscada no processo de “pacificação” apresentam pelo menos duas características fundamentais: 1) o eixo que fundamenta as práticas de proximidade resulta do fato de que ela é oferecida da instituição para as populações de favela, em um movimento de dentro para fora, e não o inverso;⁶⁴ 2) não há qualquer norma ou decreto que regule as regras e estratégias de proximidade experimentadas pelos policiais durante a “pacificação”.

O engajamento do próprio comando da UPP local e de seus inferiores hierárquicos na organização e criação de entidades associativas constitui parte dessas dinâmicas que serão apresentadas. Esse tipo de engajamento me parece útil para pensar as dinâmicas locais de mediação entre moradores e agentes do poder público no contexto da política de pacificação. Sobretudo, é no contexto desses eventos em que são acionados os valores colocados em prática através das estratégias propostas pelo “modelo de polícia de proximidade” da UPP, o que acaba aproximando os sentidos atribuídos a noção de proximidade e participação, bem como o entendimento sobre as diferentes formas de envolvimento no processo de pacificação, seja pelos moradores de favela, ou lideranças locais.

As reuniões comunitárias trabalhadas por Davies (2014) estão inseridas em um “novo” formato de participação comunitária para as favelas com UPP, mas penso que a aproximação entre um comerciante do Morro dos Macacos com os policiais da UPP local sirva como um caso bom para pensar os formatos de regulação do cotidiano das favelas com UPP, em que por vezes proximidade e participação parecem se confundir⁶⁵. Tais situações sociais me parecem úteis

⁶⁴ Durão (2008) apresenta uma discussão sobre modelos de policiamento de proximidade em diferentes contextos e países da Europa. Monjardet (2002), trata como nos EUA, a partir da década de 60, o modelo de polícia tradicional foi colocado em xeque e como, por um lado, uma série de pesquisas avaliativas sobre a polícia passaram a ser desenvolvidas e, por outro, de como se desenvolveu a adoção de estratégias alternativas de policiamento, destacando-se o modelo de proteção do policiamento comunitário.

⁶⁵ Quando eu estiver tratando da criação da associação comercial no Morro dos Macacos voltarei a falar sobre o engajamento do comando da UPP local e de seus subalternos hierárquicos na organização associativa daquela favela.

para pensar as dinâmicas locais de mediação entre moradores e agentes do poder público no contexto da política de pacificação. Sobretudo, é no contexto desses eventos em que são acionados os valores colocados em prática através das estratégias propostas pelo “modelo de polícia de proximidade da UPP, o que acaba criando uma relação de contiguidade com os sentidos atribuídos a noção de participação social no processo de pacificação, seja pelos moradores de favela, policiais ou lideranças locais. Em seguida buscarei descrever situações de pesquisa em que analiso o processo de implantação das UPP’s a partir de eventos particulares, mas que considero significativos para pensar o curso seguido pela política de “pacificação” das favelas.

3.4 “Ajude o BOPE a ajudar você” – entre a limpeza, a varredura e a participação política

- Vidigal: - Bem sei, mas a lei?
 - D. Maria: - Ora, a lei...o que é a lei, se o Sr. major quiser?...
 - O major sorriu-se com cândida modéstia.
- (Manuel Antônio de Almeida. Memórias de um sargento de milícias, 2004, p. 135).

No final de maio de 2012, foi iniciada a transição para a implantação de quatro UPP’s no Complexo da Penha⁶⁶. O Batalhão de Operações Especiais (BOPE), com apoio do Batalhão de Polícia de Choque (BPChoq) e do Batalhão de Ações com cães (BAC) iniciaram a substituição da “Força de Pacificação”, compostas pelas tropas federais da Marinha e do Exército, que ocupavam o Complexo da Penha desde novembro de 2010⁶⁷. A “Força de Ocupação” das forças estaduais de segurança do Estado acionaram como estratégia a ocupação física e simbólica do território, com a justificativa de que o Estado a partir de então passaria a estar presente nas favelas da região. Bandeiras do

⁶⁶ Estão sediados no complexo da Penha a UPP Chatuba e UPP Fé/Sereno, ambas inauguradas no dia 27/06/2012 e a UPP Parque Proletário da Penha e UPP Vila Cruzeiro, inauguradas em 28/08/2014.

⁶⁷ Oficialmente, está previsto que a implantação do programa de pacificação, por meio da implantação da UPP, deverá ser realizada em quatro etapas. De acordo com essa informação podemos inferir o caráter “improvisado” através do qual foi levado à cabo a implantação do programa de pacificação no Complexo da Penha e Alemão. Para maiores detalhes sobre as etapas da instalação do programa de pacificação consultar o Artigo 3º do Decreto 44.177, de 26 de abril de 2013.

BOPE foram hasteadas em lugares considerados simbolicamente estratégicos, como é o caso da fachada de associações de moradores e na casa de traficantes locais, que em alguns casos passaram a servir como base militar desde 2010. Durante os encontros comunitários do BOPE, pipas com o símbolo da instituição (uma faca cravada em uma caveira ladeada por duas pistolas) foram distribuídas para as crianças da favela e até mesmo veículos novos foram colocados em uso durante as operações da “Força de Ocupação”, como é o caso do “Caveirinha⁶⁸”, além de todo o contingente humano e material usado nas “operações”.

Tradicionalmente, o BOPE não faz o policiamento ostensivo nas favelas. Quando realiza uma “operação” em alguma favela, geralmente, trata-se de uma situação de confronto, que de tão violento muitas vezes resulta em mortes de traficantes e/ou moradores e em poucas situações de policiais. Seja pela postura de confronto ou por causa da metodologia empregada, o BOPE é visto com apreensão e medo por grande parte dos moradores de favelas⁶⁹. Em suas incursões, o BOPE utiliza o veículo blindado, conhecido pelos policiais como “Pacificador” e popularmente chamado de “Caveirão”, referência ao símbolo do Batalhão.

A justificativa oficial utilizada para o uso do “Caveirão” é que o blindado permite aos policiais entrarem nas favelas sem serem atingidos pelos tiros dos traficantes (Anistia Internacional, 2006). Frequentemente, as ações e o caráter violento das incursões dessa corporação nas favelas da Cidade do Rio de Janeiro são alvos de denúncias por parte de organizações de moradores de favelas e de defesa dos direitos humanos, que alegam que o emprego do “Caveirão” possibilita o uso excessivo da força, da violência e o abuso nas atuações policiais sem que haja a devida identificação dos policiais responsáveis por tais atos. Outras denúncias dizem respeito aos altos falantes do veículo

⁶⁸ Trata-se de um veículo blindado mais compacto e de menor porte que na época foi apelidado de “Caveirinha”. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/06/pm-estreia-caveirinha-naocupacao-da-vila-cruzeiro-no-rio.html> Consultado em 10/11/2014

⁶⁹ A missão do BOPE é desenvolver ações que exigem uma capacidade técnica e bélica de que outros batalhões da Polícia Militar não dispõem, como o combate ao crime organizado, o enfretamento de banidos fortemente armados, o resgate de reféns, rebeliões de presos, “execução de missões no campo da contraguerrilha urbana e/ou rural” e o “apoio às operações da polícia militar em favelas em que as quadrilhas organizadas estão posicionadas e fortemente armadas”. Informações obtidas no site oficial: <http://www.bopeoficial.com/> consultado em 10/11/2014.

blindado que transmitem ameaças aos moradores e, especialmente, aterrorizam as crianças⁷⁰ moradoras de favelas.

Durante as “operações” da “Força de Ocupação” uma das estratégias de aproximação do BOPE com a população foi a organização e a realização de reuniões comunitárias com a presença de moradores, mototaxistas, presidentes de associações de moradores, funcionários de Organizações Não Governamentais (ONG’s) e funcionários públicos de escolas, creches, unidades de saúde e assistência social.

Essas reuniões comunitárias eram divulgadas através da distribuição de convites junto com panfletos informativos para que os moradores participassem das reuniões comunitárias. Já no título, o panfleto continha a seguinte informação: “A sua comunidade está sendo PACIFICADA”; seguido de telefones e canais para denúncias caso algum morador soubesse de esconderijos de bandidos, de drogas e armas. O mesmo panfleto fazia o seguinte apelo: “Ajude o BOPE a ajudar você” e fechava garantindo o anonimato dos denunciantes. Acompanhei todas as reuniões comunitárias realizadas pelos agentes do BOPE, na Vila Cruzeiro e na Chatuba⁷¹”.

A “Quadra da Chatuba” e a sede de uma ONG na Vila Cruzeiro serviram como cenário das reuniões comunitárias organizadas e promovidas pelo BOPE. Em todos os encontros que participei a mediação foi realizada pelo comandante da “Força de Ocupação”, um “negociador”⁷² e uma assessora de comunicação

⁷⁰ Os cânticos públicos por parte dos policiais do BOPE também já foram alvo de controvérsias e polêmicas. Interessante notar que os cânticos recebem apoio de parte da população, como registrado na matéria contida no link <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/05/tropa-dobo-pe-canta-grito-de-guerra-que-faz-apologia-violencia.html> consultado em 10/11/2014

⁷¹ A Quadra da Chatuba ficou famosa por causa do baile funk que acontecia na “época do tráfico”. Interessante notar que a fala sobre o tráfico é construída no tempo verbal que faz referência ao passado, período em que o Estado “estava ausente”, segundo a percepção compartilhada por parte de alguns policiais. No local foi construído uma grande estrutura em forma de L que é conhecida como o camarote, lugar que remete aos camarotes das quadras de ensaio das escolas de samba. “O Baile da Chatuba” é famoso por mobilizar excursões e frequentadores de diversas partes da cidade do Rio de Janeiro, inclusive jogadores de futebol de grandes clubes do Estado do Rio de Janeiro.

⁷² Nestas situações, o “negociador” se apresentava como o policial responsável por fazer a interlocução oficial da instituição com os moradores de favelas. Por exemplo, conforme apresentação do próprio policial, seria ele o responsável por analisar a liberação de festas e eventos e também o principal agente de interlocução para a apresentação de demandas que deveriam ser direcionadas a outros órgãos públicos, como limpeza urbana, iluminação e serviços públicos em geral. Outra questão que ganhou destaque durante as ocupações do BOPE diz respeito a atividade de mototaxistas. Neste caso, o policial se apresentava como alguém que buscava apoiar os mototaxistas com o encaminhamento de regularização de

da instituição se revezaram, ocorridas em meados de 2012. Em uma reunião na Quadra da Chatuba, o comandante inicia a reunião agradecendo a presença dos moradores e destaca que a escolha do local para o encontro continha “o marco simbólico da retomada da ordem e do território pelo Estado”, local “antes dominado pelos bárbaros traficantes de drogas, que ali realizavam as suas festas”. Além disso, seria “o começo de uma nova relação do BOPE com a comunidade e de uma reaproximação diferente”, já que os contatos anteriores haviam “sido traumáticos para ambos os lados”. Segundo ele a partir de agora “a aproximação comunitária do BOPE e da polícia seria marcada pelo diálogo e pela construção da confiança mútua”. O comandante encerra sua fala afirmando que o objetivo do encontro era estabelecer um primeiro diálogo e para que a população pudesse tomar conhecimento sobre como será feito o trabalho da “Força de Ocupação”, que culminará na implantação da UPP.

Após a fala do comandante é a vez do “negociador” do BOPE fazer o uso da palavra. Ele inicia pedindo que os moradores presentes na reunião façam uma reflexão sobre “o que está acontecendo na comunidade” e sobre quais seriam as “demandas da comunidade”. Pede desculpas pelos constrangimentos causados pelas varreduras, dos cercos e das revistas de moradores, mas ressalta que a “Força de Ocupação” tem como objetivo fazer o trabalho de “faxina” e “varredura” antes da implantação da UPP. Pois, segundo ele, a partir de agora “tudo será controlado pelo Estado e pela polícia: (...) tudo acontecerá dentro da lei. Qualquer festa ou evento deverá ter autorização através de um ofício encaminhado ao comandante da tropa”, os mototaxistas terão que se regularizar suas documentações, usar capacetes e ser devidamente identificados. Até mesmo festas de cunho privado deverão ser comunicadas.

As reuniões realizadas pelo BOPE, como a que descrevo agora, são caracterizadas pelo silenciamento em torno de temas relacionados à violência urbana, como é o caso de denúncias, seja com relação a presença de traficantes e até mesmo ao caráter arbitrário da atuação policial. Uma primeira intervenção é feita por um morador que solicita melhorias na qualidade do serviço de coleta de lixo residencial e um outro morador e moto taxista questiona qual será o

veículos e até mesmo de documento pessoais, já que “a partir de então somente seria permitida a circulação daqueles mototaxistas que estivessem com todos os documentos regularizados e em dia”.

tratamento conferido para as pessoas que atuam em tal atividade. No caso da coleta de lixo, o “negociador” afirma que a corporação “está buscando inserir o Complexo da Penha no mesmo processo de mutirões de limpeza que envolvem a COMLURB, Fuzileiros Navais, moradores e outros agentes do poder público, assim como teria acontecido em outras comunidades pacificadas. Aproveita para dizer que ouviu “alguns zum, zuns de que o BOPE estaria invadindo casas” e que, portanto, gostaria de chamar atenção para a importância dos moradores “compreenderem as transformações pelas quais a comunidade está passando”. Paradoxalmente, para o “negociador” da corporação, o trabalho de “faxina e “varredura” obriga que a população local tenha consciência da natureza e o caráter das operações em andamento; portanto solicita que os moradores “avisem aos vizinhos quando não estiverem em casa”. Do contrário “os homens do BOPE são obrigados a meter o pé na porta”. Em seguida sentencia: “os prós, os louros e os benefícios são da comunidade, mas quem não souber participar e colaborar terá que arcar com os dividendos”. O “negociador” encerra a reunião solicitando que as demandas por serviços públicos sejam encaminhadas para o BOPE porque os moradores precisam “participar ativamente do processo de pacificação, mas entendendo os limites da participação para que o trabalho de “faxina” e a “varredura” sejam feitas com sucesso. Caso contrário, “toques de recolher” terão que ser colocados em prática com o objetivo de garantir o “processo de pacificação da região”.

A possibilidade de participação fica implícita nos dizeres “Ajude o BOPE a ajudar você”, que é apreendida como a possibilidade do estabelecimento de relações de colaboração entre os policiais e os moradores de favela. Ou seja, potencialmente, os moradores contam com informações privilegiadas que podem favorecer a denúncia de um fato criminoso, como é o caso de esconderijos de drogas, armas e bandidos, permitindo a realização de prisões e que, portanto, para o bem de todos, contribui para a consolidação do processo de “pacificação”. Assim, a partir da “abertura” de espaços de diálogo e do que seria uma busca em torno do estreitamento da confiança entre a “comunidade” e o BOPE espera-se que a “parceria”, através das denúncias, dos moradores e das lideranças comunitárias, seja a forma mais eficiente de participação no processo de implantação da UPP. Dessa maneira, a divulgação dos canais de comunicação da polícia à população local, como é o caso da “ouvidoria” e o

“disque denúncia”, não são apenas valorizados, mas recorrentemente qualificados pelos policiais como uma importante forma de participação da população nas reuniões comunitárias e no campo da segurança pública. Esses “canais de participação” são colocados como importantes “armas”, e caberia a população acionar essas “armas” com o objetivo de ajudar a polícia na redução do crime e da violência. A saber, a parceria por meio de denúncias seria a forma “mais cidadã” de participação para os moradores dos “territórios de pobreza”.

O resultado da minha pesquisa consiste na descrição de eventos ocorridos em diferentes áreas de favela da cidade do Rio de Janeiro, além de envolver diferentes grupos de pessoas. A partir da descrição de duas situações sociais e de suas inter-relações etnográficas discuto como a noção de proximidade é apreendida e exercitada contextualmente nos eventos que tomarei como objeto de análise. A seguir tomarei como objeto de análise o caso do assassinato de um comerciante do Morro dos Macacos. Ao buscar articular elementos dos eventos ocorridos em diferentes locais, busco evidenciar a problemática em torno do envolvimento e do estabelecimento de uma “proximidade” entre os moradores de favelas e os policiais das Unidades de Polícia Pacificadora.

3.5 O amigo da UPP

Com a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora, agentes do Estado, mercado e ONG’s passam a mobilizar os moradores a aproveitarem as “oportunidades” abertas por suas articulações nas favelas. A reconfiguração das favelas em “territórios seguros para a cidade” é um mecanismo acionado que visa promover a integração urbana e oferecer a parcela de seus moradores um lugar no mercado via inclusão produtiva (Leite, 2015). A partir do caso aqui apresentado como “o amigo da UPP” descrevo alguns aspectos sobre o impacto dessas iniciativas na vida associativa do Morro dos Macacos, considerando o protagonismo ocupado pelo comandante da UPP local na criação da Associação Comercial do Morro dos Macacos. Apropriado de uma retórica de que era preciso ordenar o associativismo comunitário do Morro dos Macacos, o comandante articulou instituições estatais e outras ligadas a iniciativa privada para formar a

Associação Comercial⁷³ com o objetivo de regular as atividades comerciais da favela com vistas a promoção do desenvolvimento econômico local. A atuação dos agentes internos e externos da favela promovia o agenciamento do empreendedorismo como uma solução para equacionar o problema da favela e a sua respectiva reconfiguração em um território seguro para o desenvolvimento do comércio.

Por sua vez, o esforço do comandante em torno da criação da Associação Comercial se configurava como um movimento de criminalização da Associação de Moradores do Morro dos Macacos, ao qual o próprio policial se incubiu em acusar o presidente da entidade de associação com o tráfico de drogas, além de usá-la como suporte para empregar traficantes da favela. As disputas em torno do associativismo em favelas remontam a um passado não muito distante em que os seus representantes são frequentemente associados a atividades criminosas de toda ordem. Embora essas entidades historicamente tenham ocupado um papel importante no campo dos movimentos sociais e do debate público, Rocha (2013) assinala que as associações têm encontrado dificuldades para atuar no espaço público, principalmente devido ao cerco dos traficantes de drogas, que causam a morte e a perseguição dos seus dirigentes quando contrariados em seus interesses. Considero o caso em análise bom para pensar a continuidade dessa problemática, na medida em que a desqualificação e a criminalização da associação de moradores é acionada pelo comandante da UPP local para legitimar a criação de uma nova entidade, livre das amarras do tráfico.

A principal liderança local em torno desse processo, o comerciante Flávio Duarte, se identificava como um transformador social da comunidade cuja principal missão se pautava em incluir produtivamente os moradores do Morro dos Macacos, mas também se colocava como parceiro da UPP para a consolidação da “pacificação”. Flávio Duarte acionava a narrativa de comerciante e empreendedor local e a utiliza, inclusive, para contrapor a sua atuação com relação a atuação das associações de moradores do Morro dos

⁷³ No período em que atuei como Gestor Local da UPP Social do Morro dos Macacos, chamou a minha atenção o engajamento dos policiais da UPP com relação a criação da Associação Comercial. Conforme minhas anotações de campo, a justificativa recorrentemente apresentada por eles era que a “pacificação” precisava criar oportunidades para que estas passassem a ser mais atraentes que o mercado da droga.

Macacos e as favelas em geral. Tomava pra si as acusações contra as associações de moradores na medida em que parecia sempre comparar e afirmar que a associação comercial estava cumprindo o seu papel para o desenvolvimento local, enquanto os presidentes das associações de moradores não faziam nada pela comunidade e ainda continuavam associados ao tráfico, dificultando o trabalho e a atuação da UPP. Por meio do discurso do empreendedorismo em torno da criação da associação comercial criou-se uma disputa interna no Morro dos Macacos em que a aliança com a associação comercial significava se aliar a paz, a “pacificação” e ao desenvolvimento.

No dia 04 de setembro de 2012, o comerciante Flávio Duarte⁷⁴, de 40 anos, foi assassinado com cinco tiros na cabeça, a poucos metros da sede da UPP Macacos. Flávio Duarte era o presidente da recém fundada Associação de Comerciantes do Morro dos Macacos, e dono de uma padaria na principal rua de acesso para ao Parque Vila Isabel e do Morro do Pau da Bandeira, favelas próximas à sede da UPP Macacos e da Vila Olímpica Artur da Távola (ou antigo zoológico, como o lugar é mais conhecido). A padaria ainda era conhecida por possuir o primeiro e único caixa eletrônico (24 horas) da região. O comerciante também participava de forma engajada na campanha “Comércio legal⁷⁵” do SEBRAE, em parceria com a UPP. Em matérias jornalísticas impressas e televisivas Flávio foi descrito como um comerciante envolvido em projeto sociais,

⁷⁴ Estou escolhendo adotar o nome real do comerciante, pois acredito que seria em vão tentar adotar um pseudônimo devido a toda repercussão midiática alcançado pelo caso. Sobretudo, vale destacar, que desde 2015 foi criada pelo Instituto Mudando o Final a medalha Flávio Duarte, que visa premiar policiais das áreas de UPP “por boas práticas de policiamento de proximidade e operacional”, segundo informações do próprio site oficial das UPP’s. http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/policiais-de-upps-recebem-medalha-flavio-duarte-por-dedicacao-ao-processo/ CPP#.V_PNv2saAE8.facebook Acessado em 10/10/2016

⁷⁵ Em conversa com a representante local do SEBRAE, fui informado que esta iniciativa não constava formalmente como ação de fomento da instituição ao empreendedorismo. A ideia de se criar uma campanha teria partido dos próprios comerciantes envolvidos com a formação da associação comercial local. Assim, a campanha “Comércio Legal” era apresentada como iniciativa que buscava identificar outros comerciantes interessados em formalizar o seu comércio local. Ao longo do período de trabalho de campo, pude observar que esta formalização na maioria dos casos era feita através do cadastro em atividades relacionadas ao Microempreendedor Individual (MEI), que consiste na abertura de um negócio por conta própria e com um limite anual de faturamento específico. Ainda segundo a agente do SEBRAE, a ideia era alavancar a experiência do Morro dos Macacos para que fosse institucionalizada junto à instituição e replicada em outras favelas.

um “entusiasta e apoiador da UPP e da política de pacificação” e, sobretudo, um “colaborador” e “amigo” da polícia⁷⁶.

Após o assassinato do comerciante foi criada a Medalha Flávio Duarte, entregue à policiais militares que se destacassem na promoção de projetos e iniciativas que vão ao encontro da consolidação da paz e da “pacificação”.

A Medalha Flávio Duarte foi criada pelo Instituto Mudando o Final, com o objetivo de reconhecer o empenho de policiais militares, policiais civis e civis no processo de consolidação da paz no Estado do Rio de Janeiro. Ela leva este nome em homenagem ao comerciante morto, em sua padaria na UPP Macacos, em 04 de setembro de 2012, pelo fato de ser simpatizado do projeto e ajudar a UPP local na construção da paz. E é entregue em treze categorias: O Rio Agradece, Mudando o Final, Unindo Forças, Excelência Operacional, Excelência em Polícia de Proximidade, Excelência em Inteligência, Projeto Social, Boas Práticas, Comandante de UPP Destaque, Comandante de UPP Revelação, Eu Apoio a Paz, Você é Especial e Heróis da Paz⁷⁷.

Cerca de dois dias depois, Gilmar Paiva de Campos foi assassinado em sua casa, no Morro do Pau da Bandeira. Ele era cabeleireiro e foi descrito nos noticiários como um amigo de Flávio. Após as duas mortes muitos rumores passaram a se espalhar entre os moradores do Morro dos Macacos. Moradores e lideranças comunitárias falavam sobre a circulação de uma lista de pessoas marcadas para morrer, o comércio local teria sido proibido de vender ou fornecer qualquer tipo de mercadorias para policiais da UPP, outros casos de assassinato eram comentados, além do visível medo devido a presença de policiais do BOPE, que estariam circulando com um X-9⁷⁸ encapuzado pelo morro.

Flávio Duarte foi o primeiro morador do Morro dos Macacos com quem tive contato no campo, no local onde funcionava a sua padaria. A primeira

⁷⁶ No link que segue é possível termos ideia de algumas das notícias que circularam na época do assassinato do comerciante: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/amigo-de-comerciantetamb%C3%A9m-%C3%A9-assassinado-no-morro-dos-macacos-1.486375>
Acessado em 10/02/2015.

⁷⁷ Conforme é possível conferir no link a seguir policiais que atuavam na UPP Morro dos Macacos gravaram um vídeo em homenagem ao comerciante. No vídeo os policiais e o próprio comandante da época ressaltam o papel de parceria com a UPP assumido por Flávio Duarte para a promoção da paz e da “pacificação”. <https://www.youtube.com/watch?v=UoXH44wZqFs>
Acesso em 15/02/2018

⁷⁸ Na linguagem corrente que opera as *leis do tráfico* o X-9 é um informante da polícia. Em geral, tal prática tem como punição por parte do tráfico a pena capital, geralmente executada em público de modo a servir de exemplo para os membros da *firma* e moradores de favelas. Vale ainda destacar que o ato de *Xnovear* não se trata de uma simples *mancada* e, por vezes, o direito ao *desenrolô* sequer é cogitado. Paradoxalmente, é um dos problemas mais complexos de ser resolvido pela “justiça do tráfico”, tendo em vista a dificuldade de reunir as provas suficientes para incriminar alguém e o destino do X-9 é cruel demais para que uma pessoa seja condenada sem que haja certeza absoluta do “crime” de delação (Grillo, 2014, p.361).

conversa de apresentação foi muito breve, pois o comerciante estava envolvido com os afazeres de sua padaria. No final de semana seguinte ao primeiro contato retornei ao Morro dos Macacos para acompanhar uma ação da Defesa Civil Municipal. Como a padaria do Flavio ficava localizada na entrada da principal rua de acesso para a favela do Parque Vila Isabel, resolvi fazer uma pausa para o café e, sobretudo, era uma oportunidade de estabelecer um papo mais longo com o comerciante e de entender melhor o seu envolvimento em ações comunitárias. Enquanto fazia o meu lanche o comerciante se aproximou e começou a puxar conversa. Muito diferente do que eu esperava para um primeiro contato, foi uma conversa permeada por uma certa tensão. Logo de cara, o comerciante questionou o meu papel na “comunidade”. Para ele a equipe da UPP Social deveria assumir o papel de protagonista na mobilização e realização da eleição para a associação de moradores da comunidade, conforme registrei em minhas anotações de campo:

Hoje pela manhã [21/07/2012], estive no Morro dos Macacos, para participar do exercício de treinamento de alerta sonoro contra chuvas fortes, da Defesa Civil. Antes de seguir até o CIEP – Salvador Allende, parei na padaria do Flávio para tomar um café e quem sabe ter uma conversa melhor com ele. Diria que o comerciante já iniciou a conversa em um tom bastante incisivo a respeito de suas posições. Para ele, teríamos [equipe UPP Social] que desempenhar o papel de mobilização, organização e realização das eleições para as associações de moradores. E num tom de questionamento falou sobre o apoio da UPP no processo de criação da associação comercial. Expliquei que este não era o nosso papel e procurei destacar que tal atividade não faz parte das nossas funções. Aliás, busquei ressaltar que um processo eleitoral para tais entidades deveria ser fruto da organização comunitária, e conduzida pelos moradores interessados, e em minha opinião, acima de tudo este não seria o papel de representantes da prefeitura ou de qualquer órgão público. Mas que não tinha conhecimento sobre as formas de atuação da UPP Macacos, uma vez que ainda estava começando a trabalhar no local, naquela semana. E que bom que o envolvimento da UPP na criação da entidade vinha dando resultados positivos. Também tentei explicar um pouco mais sobre o trabalho de mapeamento que estamos fazendo, mas Flavio parecia não querer dar atenção a isso. Rapidamente, a conversa parece ter ganhado um tom de desabafo e de reclamação, não sei exatamente. Falou longamente sobre uma liderança comunitária ligada a associação de moradores e do seu possível envolvimento e associação com o crime, procurei não entrar em detalhes. Fiz questão de deixar claro que nossa equipe conversa e realiza reuniões com diferentes lideranças comunitárias e, caso sua acusação fosse verdade ou não, não cabia a equipe da UPP Social tomada de providências, haja visto a nossa atribuição de dialogar com as diferentes representações comunitárias das favelas. Parecendo inconformado, o comerciante relatou que tinha receio de perder a vida e que já havia desenvolvido um câncer por tudo que vinha passando. Nesse momento ele levanta a camisa e me mostra uma enorme cicatriz em seu abdômen, resultado de uma das intervenções cirúrgicas devido a doença. O comerciante ainda falou sobre a criação da associação comercial e dos encontros que vem sendo realizados com comerciantes locais. Em seguida fomos interrompidos por um cliente e a conversa não foi retomada. Meio que distante me despedi de Flávio (Notas do caderno de campo, em 21/07/2012).

A proximidade de Flavio com a UPP estava clara, bem como o seu tensionamento com a Associação de Moradores do Parque Vila Isabel⁷⁹. Naquele momento, eu já tinha algumas informações da tensão em torno da relação do comandante da UPP com lideranças locais, grupos de jovens e com funcionários da Vila Olímpica, que seriam egressos do tráfico ou do sistema prisional. A principal fonte de tensionamento se dava com a administração de uma ONG localizada no Morro dos Macacos, responsável pela contratação de funcionários e pela gestão da Vila Olímpica.

Cerca de um mês depois, junto com outros integrantes da equipe, resolvemos que deveríamos fazer um contato com o comandante da UPP do Morro dos Macacos, com o objetivo de apresentar as mudanças ocorridas na equipe local e para me apresentar enquanto o Gestor Local da mesma. Entre nós, havia o receio de estabelecer um maior contato com a UPP, pois tínhamos conhecimento do tensionamento em curso com os moradores do Morro dos Macacos, além das tensões que já citei acima. “O clima estava tenso”, como é comum escutar nas favelas. Assim que fizemos o contato de apresentação com o comandante, fomos convidados para participar de uma reunião que acontecia, naquele momento, num local próximo da UPP. O comandante parecia fazer questão de caminhar ao nosso lado até o local, o que para ele e para os moradores da favela podia significar a demonstração de proximidade ou aliança com a polícia por parte da nossa equipe. Tratava-se de um encontro para discutir a formalização da associação comercial e para o planejamento de um casamento comunitário, que estava sendo organizado por comerciantes ligados a entidade, agentes do SEBRAE, policiais do setor de comunicação⁸⁰ e o comandante da UPP Macacos. Quando chegamos o evento estava sendo apresentado pelos agentes do SEBRAE, momento em que um dos agentes destaca a importância do apoio em torno dos eventos promovidos pela UPP. Todos deveriam participar e buscar novos parceiros. Na ocasião, aproveitei para fazer a minha apresentação pessoal, falei sobre as tarefas que estávamos desempenhando e

⁷⁹ A foto de Mario Marinho ainda hoje está disponível no site do disque-denúncia, mesmo após outras matérias darem conta da sua prisão.

<http://www.procurados.org.br/detalhe.php?id=1163> Acessado em 12/02/2018

⁸⁰ Tais policiais são conhecidos como P5 e são os que atuam na promoção de “eventos sociais” da UPP, como é o caso de casamentos comunitários, batizados, festas de quinze anos, festejos de fim de natal e “ações sociais” em geral.

sobre o nosso contato com as lideranças e entidades das favelas, inclusive associações de moradores. Foi imediata a reação negativa de Flávio e de alguns policiais, que pareciam trocar olhares e sinais corporais. Realmente, a tensão estava no ar. E ao final da reunião um dos policiais falou comigo, de canto de boca, que deveríamos tomar cuidado ao fazermos contatos com organizações comunitárias, mas que o comandante poderia nos esclarecer melhor, posteriormente, caso nos interessasse.

Ao longo da reunião os policiais e um agente do SEBRAE ressaltaram a importância dos comerciantes participarem da construção da associação comercial e do papel do Flavio, enquanto presidente legitimamente eleito. Foi feita uma apresentação sobre como elaborar um estatuto, a organização financeira, dentre outros aspectos sobre o assunto. A reunião foi seguida pela discussão sobre o casamento e a ideia parecia girar em torno dos compromissos que cada um ali presente poderia assumir. Além disso, ficou combinado que um primeiro encontro seria feito com os casais, ocasião em que Flavio seria apresentado pelo comandante da UPP como o presidente da nova associação comercial do Morro dos Macacos. E o “cerimonial” de organização do casamento com os noivos seria conduzido pelo comerciante. Flavio Duarte, foi assassinado logo após deixar o evento.

Grande parte dos moradores e lideranças comunitárias que conversei atribuíram a morte do comerciante ao fato de que ele estava muito próximo da UPP. Não era incomum escutar que ele era um “cara do bem”, que “queria o bem da comunidade, mas que havia vacilado ao fechar com a UPP”. Alguns relatos também traziam a tona o fato de Flávio sempre ter tido uma relação ruim com “os meninos” antes da entrada da UPP, que ele se negava em “dar uma moral”, seja atendendo pedidos por lanches ou até mesmo por tratar mal. Além da proximidade com a UPP, moradores comentaram comigo que todos da comunidade sabiam que além de se dispor a atender os policiais que buscavam a padaria como lugar para alimentação, também fazia “agrados aos policiais”, servindo lanches sem que nada fosse cobrado. Foram muitos os relatos que escutei sobre a morte do comerciante, e em nenhum momento ficava explícito a acusação dele ser X-9, mas que estava inserido em uma situação de proximidade com a UPP que envolvia riscos pelos quais muitos moradores ainda

não conseguem mensurar exatamente os limites dessa “nova relação” entre a polícia e a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em dezembro de 2008, foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora na favela do Santa Marta, que fica localizada no bairro de Botafogo. Entre 2009 e 2014 o Programa de Pacificação se expandiu e foram inauguradas outras 38 UPP's em 264 territórios, conforme informações do site oficial da UPP⁸¹. A promessa era de que o Estado voltaria a estar presente nas favelas cariocas com um novo modelo de atuação policial nas favelas, o policiamento de proximidade, superando assim a lógica belicista que há décadas orientava a política estadual de segurança pública. A partir da presença da polícia, outros serviços, projetos e melhorias chegariam para alavancar o desenvolvimento econômico e social das áreas com UPP's (Cf. MUSUMECI, 2017).

Conforme destaca Rocha (2014) a resposta encontrada pelo para atender as demandas sociais das favelas por meio do Programa UPP Social, suas práticas acabam formando o conjunto de mecanismos que reforçam a regulação e o controle das condutas dos territórios de favela que visam a participação disciplinarizada no processo de “pacificação”. Participação e proximidade são agenciadas e acionadas de formas distintas, mas por vezes se confundem nas dinâmicas estabelecidas das duas situações que analisei. Ao longo do processo de ocupação do BOPE no Complexo da Penha, pude observar que os policiais ao convocarem os moradores a participarem das reuniões comunitárias buscavam estabelecer a proximidade em algum nível. Mas a noção de participação frequente era acionada nesses espaços a partir do entendimento de que os moradores precisam colaborar com o serviço da polícia. Nesse sentido, participar nas reuniões comunitárias significa a necessidade de introjeção das novas normas de sociabilidade geridas no cotidiano da “pacificação”. A realização de festas, a regulação do trânsito, a vida associativa e a organização da vida social na favela passam a ser submetidas à gestão do Estado, que tem como foco a produção de uma territorialidade e de comportamentos que pouco devem se assemelhar ao modelo anterior a entrada da pacificação. Ao participarem dos espaços de reuniões os moradores e lideranças comunitárias se colocam diante a possibilidade de uma maior proximidade com os agentes do

⁸¹ Cf. http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp Acessado em 05/02/2018

Estado, que em última instância busca sua legitimidade de ação nessas relações. Enquanto braço social da pacificação, os agentes da UPP Social são confrontados por outras medidas que no mesmo sentido buscam o controle dos comportamentos e atitudes. É o caso “Vamos Combinar”, em que os moradores se vêem obrigados a concordarem com as regras impostas pelo processo de normatização mediado pelos agentes da UPP Social. Cada um a seu modo, participação, proximidade e as ações da UPP Social constituem o conjunto de mecanismos de controle e regulação das favelas e seus moradores, ainda que seja considerado as inúmeras possibilidades sobre o significado de cada termo. Ainda que eu tenha analisado ao longo do meu trabalho, a liberação de festas e eventos nas favelas precisam passar pelo crivo de militares ou de policiais, sendo necessário em algum nível a participação nos eventos promovidos pelas UPP's.

A despeito da proposta da política de proximidade buscada no contexto da “pacificação”, a atitude policial continua reativa, na medida em que o exercício da autoridade policial não deixa de ser compreendido como uma ação de guerra, com atributos identitários que remetem a noções como “cerco”, inimigo”, “batalha”, etc, cujos indicadores de avaliação e sucesso são medidas pela possibilidade da “eliminação do inimigo”, ao número de “pessoas mortas ou presas”, “armas ou drogas apreendidas”. Ao mesmo tempo as reuniões comunitárias conduzidas pelo BOPE são apresentadas como uma nova oportunidade, um recomeço para a aproximação entre as instituições policiais e os moradores de favela, o que contribuiria para a diminuição da desconfiança dos favelados com relação ao trabalho policial.

Cerca de uma década depois da inauguração da UPP na favela Santa Marta, tornou-se comum dizer que o Programa de Pacificação “fracassou” ou entrou em colapso. Em 2017, a criminalidade violenta e as mortes decorrentes da intervenção policial voltaram a atingir patamares próximos aos anos anteriores a implantação das UPP's⁸², conforme destacado pela mídia em geral e nos dados do Instituto de Segurança Pública (ISP). Por sua vez, a retórica do “confronto” e da “guerra” contra o crime organizado volta a ser disseminada como única estratégia possível de combate à criminalidade. Nesse sentido, a “crise”

⁸² <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/mortes-por-intervencao-policial-no-rj-se-aproximam-de-patamar-de-antes-das-upps.ghtml> Acessado em 05/02/2017

ou “falência⁸³” do programa de pacificação é creditada, predominantemente, aos grupos de traficantes armados que estariam voltando às favelas, acuando os policiais, atemorizando os moradores e exigindo do comando da segurança respostas “duras” contra os ataques à política de “pacificação” (Cf. MUSUMECI, 2017).

Muitas dúvidas e questionamentos acompanham à política de “pacificação” desde o seu surgimento, o que é reforçado pelos resultados das pesquisas que apontam para a possibilidade de descontinuidade do programa e o retorno ao passado, o que tem relação com a fragilidade institucional e política do Programa de Pacificação. Tal desconfiança orienta muitas vezes o que os moradores de favelas e os próprios policiais pensam a respeito das UPP’s (CANO, BORGES E RIBEIRO 2012). O “desgaste” e a percepção geral de a UPP “fracassou” parece ter sido aprofundada na mesma velocidade em que o programa se expandiu, sendo o seu momento de maior desgaste quando do desaparecimento do pedreiro Amarildo, na favela da Rocinha⁸⁴.

O caráter midiático em torno da implantação das UPP’s e o impacto positivo na redução da criminalidade violenta e dos tiroteios mobilizou a aderência favorável da opinião pública com relação a política de “pacificação” ofuscou as possibilidades de críticas com relação ao projeto. No mesmo sentido os moradores de favelas não são tratados como agentes e interlocutores em potencial, mas como objeto da ação tutelar militarizada e “civilizatória” por parte do Estado, à semelhança da noção de “pacificação” empregada desde os tempos coloniais na gestão da população autóctone (PACHECO DE OLIVEIRA, 2014).

⁸³ Soma-se de forma negativa a esse contexto o cenário geral de “crise” do Estado e do país mas, sobretudo, a situação do Estado do Rio de Janeiro se agrava na medida em que o ex governador Sergio Cabral encontra-se preso acusado pelo envolvimento em desvios de recursos públicos, além de outros integrantes da estrutura do seu governo e de acusações da mesma natureza que pesam contra o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), Jorge Picciane.

⁸⁴ O ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza ficou conhecido nacionalmente por conta de seu desaparecimento, desde o dia 14 de julho de 2013 após ter sido detido por policiais militares e conduzido da porta de sua casa, na favela da Rocinha, em direção a sede da UPP do bairro. Seu desaparecimento tornou-se símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial. Os principais suspeitos no desaparecimento de Amarildo são da própria polícia.

No cotidiano das favelas, a atuação das UPP's e o estabelecimento das relações de proximidade é significada de acordo com o histórico das localidades, em função das redes associativas de cada localidade, a forma como o tráfico varejista de drogas se organiza, conduta dos policiais de cada plantão e, sobretudo, depende da postura do comandante. Em grande medida a postura do comandante frente a essas questões e a forma de interação dos policiais com os moradores esteve sempre a mercê da disposição dos novos “donos do morro” (CANO, BORGES & RIBEIRO, 2012).

As lideranças de favelas ligadas à associação de moradores se deparam frequentemente com acusações de agirem em “conivência” ou “colaboração” com o tráfico, pois qualquer posicionamento crítico com relação ao processo de “pacificação” pode gerar essa desconfiança do comandante da UPP ou do mediador do BOPE quando há a ocupação para a entrada do programa (CANO, BORGES & RIBEIRO, 2012; MUSUMECI, 2017).

A divulgação dos canais de comunicação da polícia à população local, como é o caso da “ouvidoria” e o “disque denúncia”, não são apenas valorizados, mas recorrentemente qualificados pelos policiais como uma importante forma de participação da população na segurança pública. Esses “canais de participação” são colocados como importantes “armas”, e caberia a população acionar essas “armas” com o objetivo de ajudar a polícia na redução do crime violento e, particularmente, na “pacificação”. A saber, a “colaboração” por meio de denúncias seria a forma mais cidadã de participação para os moradores dos “territórios de pobreza”. Há uma tentativa de se colocar em prática o modelo de “policialização”⁸⁵ da atividade político-administrativa nos territórios da pobreza, em que os policiais da UPP, mas principalmente os comandantes, se colocam no papel de mediador entre as demandas do território e os outros agentes do poder público. Desde a criação das associações de moradores, este papel é exercido por seus representantes, ainda que em meio a tentativa de controle e limitação de suas atividades administrativas por parte do Estado (MACHADO DA SILVA, 1967). A proximidade da polícia com a comunidade no processo de

⁸⁵ Moraes (2008) ao abordar o aumento do encarceramento e da violência dirigida contra os jovens negros e moradores de regiões periféricas, constata que este processo é desencadeado através da articulação entre a militarização da polícia e a policialização das políticas sociais e da sociedade.

“pacificação” inscreve-se num modelo de governamentalidade⁸⁶ e de práticas de normalização que visam a produção do favelado como parceiro da “pacificação”, ou “amigo” como é caso do comerciante assassinado no Morro dos Macacos. Isto significa, segundo a polícia, que o processo de produção desse novo agente deve passar pela desvinculação das redes do tráfico de drogas e do crime violento que o acompanharia, sendo ajustado as formas do que seria uma participação civilizada. Esse agenciamento disciplinar dos moradores por parte dos agentes de Estado é operado por meio de discursos, procedimentos administrativos, orientações sobre as formas de organização comunitária, a condução das reuniões comunitárias, a regularização e reordenação do espaço e da rotina das favelas (etc.), numa dinâmica que combina a atuação dos agentes da UPP Social e dos militares implicados no processo de pacificação. Trata-se de uma disciplina sobretudo adequada a valores como docilidade, cordialidade e, no caso do BOPE, receptivo com as reuniões e intervenções policiais. Ao enfatizar a normalização da vida social nas favelas, o Estado afirma a incapacidade dos seus moradores formularem e priorizarem suas reivindicações e gerirem os conflitos sob o estatuto da ordem e da lei e do ideal normativo da cidadania por sua submissão às muitas ilegalidades que teriam seu solo fértil nas favelas, conforme destacado por Leite (2014). Ainda que não tenha sido analisado ao longo deste trabalho, é preciso considerar a dimensão do controle social focado na repressão e na continuidade das práticas de extermínio do Estado nas áreas de favela no contexto da “pacificação”, sobretudo dos jovens negros.

⁸⁶ Trata-se de um conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder de poder, que tem por alvo a população. Essa forma de governar é colocada em prática a partir do desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes (FOUCAULT, 2015).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra travessia*. Santa Catarina, volume 5, p.9-16, 2005.

ALBERNAZ, Elizabete Ribeiro; CARUSO, Haydée Glória Cruz; MORAES, Luciane Patrício Braga de. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. *São Paulo em Perspectiva*, n. 21, p. 39-52, 2006.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. Memórias de um sargento de milícias. Ed. Moderna, 4ª edição, São Paulo, 2004.

ALVES, J. C. S. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: APPH, CLIO, 2003.

BERREMAN, Gerald. (1975), "Etnografia e Controle de Impressões em uma Aldeia do Himalaia". In: Zaluar, A. (org.). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, pp. 123-174.

BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly [e] CARNEIRO, Sandra. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2014.

BRODEUR, Jean-Paul. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. *Cadernos CRH*, Vol. 27, nº 42, pp. 481-489, 2004.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade – o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

BUARQUE DE HOLANDA, Cristina. *Polícia e direitos humanos*. Política de Segurança Pública no Primeiro Governo Brizola. Rio de Janeiro. Revan, 2005.

BURGOS, Marcelo Baumann; PEREIRA, Luiz Fernando Almeida; CAVALCANTI, Mariana; BRUM, Mario [e] AMOROSO, Mauro. (2011), "O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas". *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 11, pp. 49-98.

CANO, Ignácio. 2003. "Execuções sumárias no Brasil: o uso da força pelos agentes do Estado". In: C. Carvalho (org.), *Execuções sumárias no Brasil – 1997/2003*. Rio de Janeiro: Justiça Global/ Núcleo de Estudos Negros. pp. 11-21.

_____. "Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro". In: Justiça Global (org.). *Segurança, tráfico e milícias*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008, pp. 48-103.

_____. (Org.) "Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no Rio de Janeiro". Fórum

Brasileiro de Segurança Pública, 2012. Disponível em: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>. Acesso em: 03/08/2014.

CARVALHO, M. B. *Os dilemas da “pacificação”*: práticas de controle e disciplinarização na “gestão da paz” em uma favela no Rio de Janeiro. 2014. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COUTO, Maria Isabel MacDowell. *UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade*. 2016. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, nº 27, FFyL – UBA, pp. 19-52, 2008.

Davies, Frank Andrew. "Rituais de ‘pacificação’: Uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs." *Revista Brasileira de Segurança Pública* 8.1 (2014): 24-46.

DUARTE, Mario Sérgio. *Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos*. Ed. Ciência Moderna, Rio de Janeiro, 2012.

DURÃO, Susana. *Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia em Lisboa*. Coimbra: Almedina, 2008.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Apêndice IV: “Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo”. _____. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FARIAS, Juliana. *Governo de Mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado), PPGSA, UFRJ, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2015.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zuzulândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). *A Antropologia das sociedades contemporâneas – métodos*. São Paulo, Ed. Global Universitária, 1987.

GRILLO, Carolina Christoph. Pelo certo: o direito informal do tráfico em favelas cariocas. In: Werneck, Alexandre et all. *Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral*. 1ª Ed, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2014, p. 337-366.

HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia. UPP Social: ações sociais para a consolidação da pacificação. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>>

HOLLOWAY, T.H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KANT DE LIMA, Roberto. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro. Seus Dilemas e Paradoxos*. Rio de Janeiro, Editora Forense, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, p. 45-123, 2000.

LEITE, Márcia Pereira, “De territórios da pobreza a territórios de negócios: Dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de pacificação”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de. 2015. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 504p.

_____. Márcia Pereira. (2012), “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: Favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, Vol. 6, no 2, pp. 374-389.

_____. (2008), “Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: Percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 115-141.

_____. [e] FRIDMAN, Luis Carlos. (2005), “Matar, morrer, civilizar: O problema da segurança pública”. In: IBASE, ACTIONAID, FORD FOUNDATION (orgs). *Mapas: Monitoramento ativo da participação da sociedade*. Rio de Janeiro, Ibase, pp. 1-35.

_____. (2001), “Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da solidariedade no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, no 44, pp. 73-90.

_____. (2000), “*Para além da metáfora da guerra: Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca*”. Tese (doutorado), PPGSA, UFRJ.

_____. [e] MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2013), “Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: A experiência urbana de jovens moradores de favelas em contexto de ‘pacificação’”. In: VIEIRA DA CUNHA, Neiva [e] FELTRAN, Gabriel de Sanctis (orgs). *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Lamparina pp. 146-158.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. (2010), “‘Violência urbana’, segurança pública e favelas: O caso do Rio de Janeiro atual”. *Cadernos CRH*, Vol. 32, no 59, pp. 283-300.

_____. (2009), “Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas”. In: CARNEIRO, Sandra [e] SANTANA, Maria Josefina. *Cidade, olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 21-42.

_____. (2004), “Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). *Entre a coesão, a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro, Fundação Perseu Abramo/Fase, pp. 291-315.

_____ (org). (2008). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

_____. (2010), “‘Violência urbana’, segurança pública e favelas: O caso do Rio de Janeiro atual”. *Cadernos CRH*, Vol. 32, no 59, pp. 283-300.

_____. (2009), “Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas”. Em: CARNEIRO, Sandra [e] SANTANA, Maria Josefina. *Cidade, olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro, Garamond, pp. 21-42.

MENEZES, Palloma. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”*: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Tese de Doutorado. IESP, UERJ, 2015.

MISSE, Michel. “Autos de resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). Relatório final de pesquisa. NECVU/UFRJ, 2011.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a Polícia*: sociologia da força pública. São Paulo, EDUSP, 2003.

MUSUMECI, Leonarda. UPP: Última chamada. Visões e expectativas dos moradores de favelas ocupadas pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, n. 1, 2014, pp. 125-161. [<http://www.scielo.br/pdf/mana/v20n1/a05v20n1.pdf>].

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. As unidades de polícia pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro. *Cadernos do ISER*. Rio de Janeiro: ISER, n.67, ano 31, 2012.

ROCHA, Lia de Mattos [e] PALERMO, Luís Cláudio. ‘O morro está na calmaria’: Mídia impressa e o repertório da paz no contexto da pacificação. Rio de Janeiro *Dilemas*: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 8 - no 1, p. 25-40, Jan/Fev/Mar 2015.

ROCHA, Lia Mattos. *Uma favela “diferente das outras?”* Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão. Ed. Quartet/Faperj, Rio de Janeiro, 2013.

_____. (2014), “Da ‘cidade integrada’ ao ‘empreendedorismo’: Participação e gestão nas margens em tempos de ‘pacificação’” (versão preliminar). Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG.

ROCHA, Lia de Mattos [e] SILVA, Itamar. (2008), “Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: O discurso e a ação como reversos do medo”. In: JUSTIÇA GLOBAL (org). *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Imagens da ordem, vertigem do caos: o debate sobre as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, nos anos 80 e 90*. Arché, Rio de Janeiro, ano 7, 1998, p41-108.

SIMMEL, George. A ponte e a porta. *Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 12, p. 10-14, set. 1996.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Ed. FVG, Rio de Janeiro, 1998.

VALLADARES, Lícia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.

VILLELA, Jorge Mattar. [Resenha] Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. *Mana* [online]. 2002, vol.8, n.2, pp. 220-222.

VITAL, Christina. O medo do retorno do medo: Um ponto de inflexão no programa das UPPs. Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 8 - no 1, p. 41-62, Jan/Fev/Mar 2015.

WACQUANT, Loic. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

Ano	Nº de UPPs inauguradas	UPPs inauguradas
2008	1	Santa Marta
2009	4	Cidade de Deus; Batan; Babilônia e Chapéu Mangueira; Cantagalo e Pavão-Pavãozinho
2010	7	Tabajaras e Cabritos; Providência; Borel; Formiga; Andaraí; Salgueiro; Turano
2011	6	São João, Matriz e Quietto; Coroa, Fallet e Fogueteiro; Escondidinho e Prazeres; São Carlos; Mangueira; Macacos
2012	10	Vidigal; Nova Brasília; Fazendinha; Adeus e Baiana; Alemão; Chatuba; Fé e Sereno; Parque Proletário; Vila Cruzeiro; Rocinha
2013	8	Jacarezinho; Manguinhos; Barreira do Vasco e Tuiuti; Caju; Cerro-Corá; Arará e Mandela; Lins; Camarista Méier
2014	2	Mangueirinha; Vila Kennedy

Tabela com a listagem das UPP' e o ano das suas respectivas inaugurações.

Anexo B – fotos

Foto 1: Bandeira do BOPE hasteada na fachada da Associação de Moradores da Chatuba. Foto do autor, 15/06/2012



Foto 2: Reunião comunitária do BOPE com moradores da Chatuba. Foto do autor, em 15/06/2012.



Foto 3: Pipa distribuída pelos policiais do BOPE durante as reuniões comunitárias. Foto do autor, em 05/07/2012



Foto 4: Preparativos para a reunião do BOPE com moradores da Vila Cruzeiro. Foto do autor, em 05/07/2012

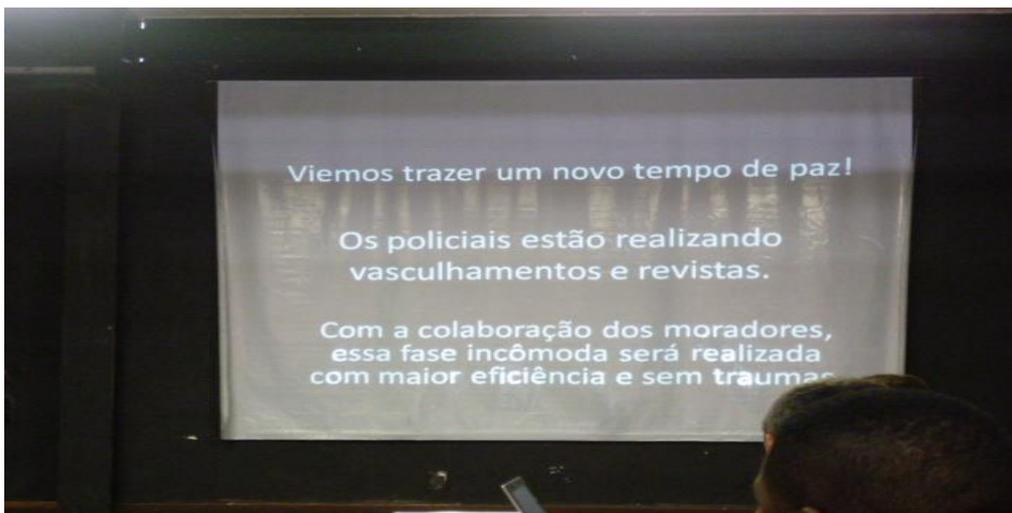


Foto 5: Apresentação do BOPE durante reunião comunitária com moradores da Vila Cruzeiro. Foto do Autor, em 05/07/2012

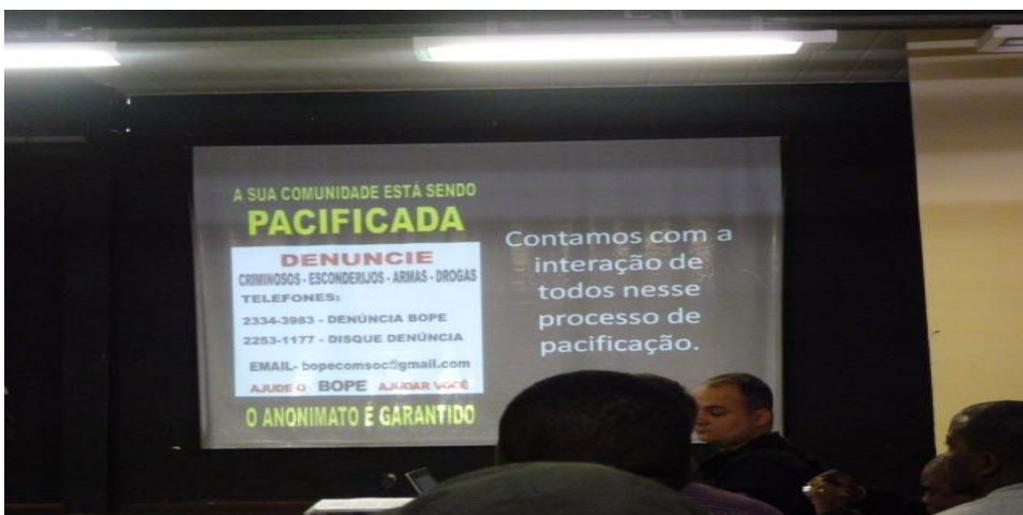


Foto 6: Panfleto distribuído para os moradores reproduzido na projeção durante a reunião do BOPE com os moradores da Vila Cruzeiro. Acima da parte que trata do anonimato destaca-se uma frase muito reproduzida pelos policiais durante as reuniões: "Ajude o BOPE ajudar você". Foto do autor, em 05/07/2012.



Foto 7: moradores da Vila Cruzeiro durante a reunião com os policiais do BOPE. Foto do autor, em 05/07/2012.



Foto 8: Medalha Flavio Duarte Transformadores Sociais, conforme consta na medalha.